



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS CURITIBANOS
DEPARTAMENTO DE BIOCÊNCIAS E SAÚDE ÚNICA
CURSO DE MEDICINA VETERINÁRIA

Noêmia Ferreira de Abreu

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA ÁREA DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO**

Curitibanos

2024

Noêmia Ferreira Abreu

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA ÁREA DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao curso de Medicina Veterinária do Centro de Ciências Rurais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Medicina Veterinária.

Orientadora: Profª Sandra Arenhart., Dra.

Curitibanos

2024

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

de Abreu, Noêmia Ferreira
RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA ÁREA
DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO / Noêmia Ferreira de
Abreu ; supervisora, Sandra Arenhart, 2025.
74 p.

Relatório de Estágio - Universidade Federal de Santa
Catarina, Campus Curitibanos, Graduação em Medicina
Veterinária, Curitibanos, 2025.

Inclui referências.

1. Medicina Veterinária. 2. Medicina Veterinária do
Coletivo. 4. Saúde Coletiva. I. Arenhart, Sandra . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Graduação em
Medicina Veterinária. III. Título.

Noêmia Ferreira Abreu

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO NA ÁREA DE
MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado para obtenção do título de Bacharel e aprovado em sua forma final pelo Curso de Medicina Veterinária.

Curitiba, 11 de dezembro de 2024.



Prof. Malcon Andrei Martinez Pereira, Dr.
Coordenador do Curso

Banca examinadora



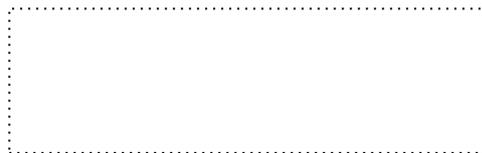
Profª. Sandra Arenhart, Dra.
Orientadora

Universidade Federal de Santa Catarina



M. V. Adriane Strack
Avaliador

Universidade Federal do Rio Grande do Sul



M. V. Andressa Bianeck
Universidade Federal de Santa Catarina
Avaliador

RESUMO

O Estágio Curricular Supervisionado em Medicina Veterinária é uma etapa obrigatória e essencial para a formação do médico veterinário, proporcionando vivências práticas que consolidam os conhecimentos adquiridos ao longo da graduação. O estágio foi realizado em parceria com diversas instituições, permitindo a participação em atividades relacionadas à Medicina Veterinária do Coletivo, um campo multidisciplinar que foca na interseção entre as saúdes animal, humana e ambiental, abrangendo áreas como a Saúde Coletiva, a Medicina Veterinária Legal, a Medicina de Abrigos, a Medicina Veterinária de Desastres, o Manejo Populacional de cães e gatos, e a Medicina Veterinária Indigenista. Durante o período, foram desenvolvidas atividades voltadas ao manejo humanitário e sustentável de cães e gatos, educação sobre guarda responsável, fiscalização de denúncias de maus tratos e campanhas de vacinação, além de ações voltadas à saúde pública. O presente relatório pretende discorrer sobre as atividades desenvolvidas durante a etapa curricular obrigatória abordando o funcionamento, a estrutura organizacional, as atividades desenvolvidas e a casuística de cada local, evidenciando a importância da Medicina Veterinária do Coletivo no contexto atual.

Palavras-chave: Medicina Veterinária do Coletivo; Estágio Curricular; Saúde Coletiva.

ABSTRACT

The Supervised Internship in Veterinary Medicine is a mandatory and essential stage in the training of veterinarians, providing practical experiences that consolidate the knowledge acquired throughout the undergraduate course. The internship was carried out in partnership with several institutions, allowing participation in activities related to Collective Veterinary Medicine, a multidisciplinary field that focuses on the intersection between animal, human and environmental health, covering areas such as Public Health, Legal Veterinary Medicine, Shelter Medicine, Disaster Veterinary Medicine, Population Management of dogs and cats, and Indigenous Veterinary Medicine. During the period, activities were developed aimed at the humane and sustainable management of dogs and cats, education on responsible ownership, monitoring reports of mistreatment and vaccination campaigns, in addition to actions aimed at public health. This report aims to discuss the activities developed during the mandatory curricular stage, addressing the functioning, organizational structure, activities developed and case studies of each location, highlighting the importance of Collective Veterinary Medicine in the current context.

Keywords: Collective Veterinary Medicine; Curricular Internship; Public Health.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR	10
3	SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO MAGRO, PR.	11
3.1	FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	12
3.2	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	14
3.2.1	Notificação e investigação de doenças, agravos e eventos de Saúde Pública.	15
3.2.2	Mutirões de castrações	16
3.2.3	Projeto zero fome.....	18
3.2.4	Esporotricose.....	19
3.2.5	O Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Vigiagua.....	21
3.2.6	Fiscalizações.....	24
3.3	CASUÍSTICA E DISCUSSÃO	26
3.3.1	Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan.....	26
3.3.2	Fiscalizações.....	30
3.3.3	Esporotricose.....	32
4	CENTRO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO (CMVC- UFPR)	33
4.1	FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	35
4.2	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	39
4.2.1	Atendimento Social.....	39
4.2.2	Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE).....	40
4.2.3	Outros projetos	41
4.3	CASUÍSTICA E DISCUSSÃO	42
4.3.1	Esporotricose.....	42
4.3.2	Atendimento social	43
5	REDE DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA.	46
5.1	FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL.....	47
5.1.1	Petmóvel.....	50
5.1.2	Centro de Referência de Animais em Risco (CRAR)	53
5.2	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	57

5.3	CASUÍSTICA E DISCUSSÃO	59
5.3.1	Fiscalizações.....	59
5.3.2	Mutirão de vacinação.....	61
6	CONCLUSÃO.....	63
	REFERÊNCIAS	64
	ANEXO A – PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL (PÁGINA 1).....	70
	ANEXO B – PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL (PÁGINA 2).....	71
	ANEXO C – PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL (PÁGINA 3).....	72
	ANEXO D – PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL (PÁGINA 4).....	73
	ANEXO E – TERMO DE ORIENTAÇÃO	74

1 INTRODUÇÃO

O estágio curricular obrigatório é um componente fundamental da formação do médico veterinário, realizado na última fase da graduação. Essa experiência oferece uma vivência prática abrangente em diversos aspectos da profissão, permitindo ao estudante vivenciar situações reais que favorecem seu crescimento pessoal e profissional. Durante o estágio, o estudante desenvolve habilidades técnicas, adquire conhecimentos práticos e aprimora sua capacidade de trabalho em equipe, além de compreender a importância da Medicina Veterinária na promoção da saúde pública e do bem-estar animal.

A Medicina Veterinária do Coletivo (MVC) representa uma área emergente e multidisciplinar dentro da medicina veterinária, com foco na interconexão entre as saúdes ambiental, animal e humana (GARCIA et al., 2019). Este campo de atuação abrange diversas vertentes, como a Saúde Coletiva, a Medicina Veterinária Legal, a Medicina de Abrigos, a Medicina Veterinária de Desastres, o Manejo Populacional de cães e gatos, e a Medicina Veterinária Indigenista, promovendo uma estratégia integrada para enfrentar os desafios relacionados à convivência entre humanos e animais. Na MVC, o foco não se limita ao tratamento de doenças; busca-se também prevenir agravos, manejar populações de animais de forma ética e sustentável, e promover a educação sobre guarda responsável, além de fomentar a implementação de legislações que assegurem o bem-estar dos animais e da comunidade (ANDRADE et al, 2020, GALDIOLI et al., 2020; WHO, 2024).

Sob a supervisão da professora Rita de Cássia Maria Garcia, o estágio foi realizado em parceria com diferentes instituições, permitindo uma formação abrangente e específica. As experiências adquiridas foram essenciais para a formação integral do estudante, promovendo uma compreensão mais profunda das diversas práticas dentro do MVC e sua importância na promoção da saúde pública e na mitigação de problemas sociais. A atuação do médico veterinário especializado em MVC se configura como um agente transformador, promovendo o manejo humanitário e sustentável de cães e gatos em áreas urbanas, o que é vital para o bem-estar desses animais e para a saúde pública, evitando a disseminação de zoonoses e acidentes (CRMV-SP, 2019).

O objetivo deste relatório é descrever e discutir as atividades desenvolvidas durante a etapa curricular obrigatória, evidenciando a importância da Medicina Veterinária do Coletivo no contexto atual.

2 LOCAIS DE DESENVOLVIMENTO DO ESTÁGIO CURRICULAR

O estágio curricular obrigatório foi realizado através da Universidade Federal do Paraná (UFPR), em parceria com três locais, abrangendo diferentes aspectos do MVC. A primeira parte foi na Secretaria Municipal de Saúde de Campo Magro/PR, no setor de Vigilância em Saúde, entre os dias 29 de julho e 26 de setembro de 2024, totalizando 296 horas. A segunda parte ocorreu no Centro de Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Federal do Paraná (UFPR), de 3 a 27 de outubro de 2024, totalizando 64 horas. Por fim, a terceira parte foi realizada na Rede de Proteção Animal de Curitiba/PR, de 30 de setembro a 15 de outubro de 2024, somando 96 horas.

Para apresentar as atividades realizadas durante o estágio supervisionado, o relatório será organizado em quatro tópicos principais para cada local de atuação: Introdução sobre o Local de Estágio, Horário de Funcionamento e Estrutura Organizacional, Descrição das Atividades Desenvolvidas, Casuística e Discussão.

3 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO MAGRO, PR.

A Secretaria Municipal de Saúde de Campo Magro, situada na Rodovia Gumercindo Boza, 20823, Centro, Campo Magro, Paraná (Figura 1), é uma entidade pública responsável pela promoção e proteção da saúde da população local. A secretaria desempenha um papel crucial na implementação de políticas de saúde pública, abrangendo diversas áreas que visam melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. A localização da secretaria é estratégica, permitindo fácil acesso à população e a realização de atividades de saúde em diferentes comunidades do município.

A Vigilância em Saúde de Campo Magro é formada por diferentes áreas que atuam de forma integrada para cumprir funções específicas:

Vigilância Ambiental: Este setor é responsável por ações relacionadas ao controle de zoonoses, fiscalização de práticas de saúde ambiental e promoção do bem-estar animal. As atividades incluem a promoção de campanhas de vacinação, ações clínicas nas comunidades, manejo populacional de cães e gatos e o combate a doenças transmitidas por vetores.

Vigilância Sanitária: Tem como função principal a fiscalização e a normatização das condições de saúde em estabelecimentos de interesse à saúde pública, como restaurantes, farmácias e clínicas veterinárias.

Vigilância Epidemiológica: Este setor é encarregado de monitorar a saúde da população, realizar a notificação e investigação de doenças e implementar ações de prevenção a surtos e epidemias.

Vigilância em Saúde do Trabalhador: Tem a responsabilidade de promover a saúde e a segurança no ambiente de trabalho, monitorando condições que possam afetar a saúde dos trabalhadores.

Figura 1 - Fachada da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Magro, local onde foi realizado o estágio curricular obrigatório entre 29 de julho e 27 de setembro de 2024. (A) fachada da secretaria municipal de saúde, (B) A seta branca aponta a localização da Secretaria de Municipal de Saúde, localizada ao lado da prefeitura municipal de Campo Magro, PR



Fonte: Arquivo pessoal.

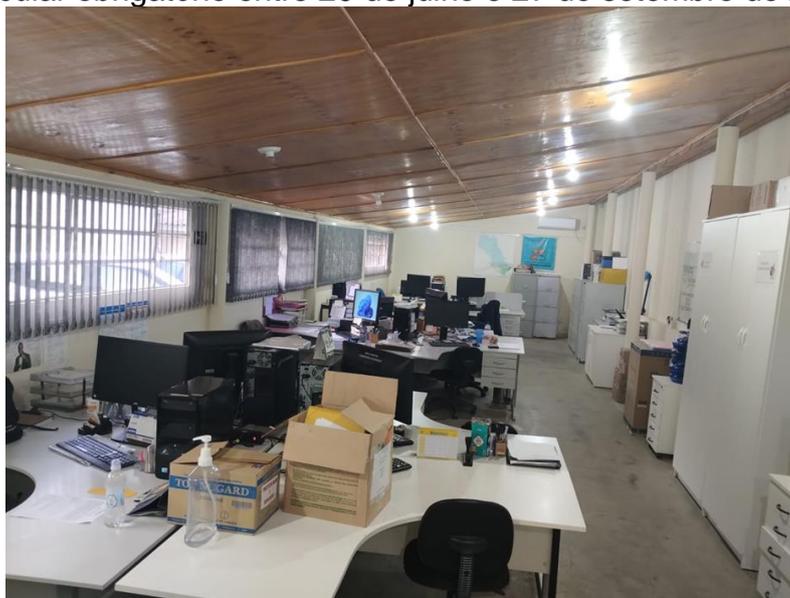
3.1 FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

No setor de Vigilância em Saúde, o horário de funcionamento é de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 18h. A equipe é composta por 2 veterinários, 6 agentes de combate a endemias, 1 técnico em enfermagem, 1 assistente administrativo, 1 técnico em segurança do trabalho, 1 técnico em vigilância sanitária e 1 nutricionista. Essa composição permite a realização de ações integradas e multidisciplinares.

A sala da vigilância em saúde (figura 2), onde se encontravam todos os profissionais das áreas de vigilância ambiental, sanitária, do trabalhador e epidemiológica, é equipada com mesas dispostas em fileiras, cada uma com um computador. Esses computadores são utilizados para diversas tarefas burocráticas, incluindo a inserção de dados no sistema online Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), no Sistema de Informações sobre Nascidos Vivos (SINASC), Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), Gerenciador de Ambiente Laboratorial (GAL), e diversos outros. Também são realizados agendamentos de castrações, elaboração de materiais educativos, pareceres em

resposta a denúncias, ordens de serviço, entre outros documentos essenciais. Os estagiários frequentemente tinham contato e participavam da elaboração desses documentos. Ao fundo da sala, armários metálicos são utilizados para guardar documentos, os armários em madeira localizados no lado direito da sala, guardam materiais educativos (figura 3) e equipamentos necessários para as atividades a campo de cada setor.

Figura 2 - Sala do setor de vigilância em saúde, local onde foi realizado o estágio curricular obrigatório entre 29 de julho e 27 de setembro de 2024.



Fonte: Arquivo pessoal.

As demais instalações da Secretaria municipal de saúde não foram descritas neste relatório, por não fazerem parte da rotina vivenciada pela estagiária.

Figura 3 - Material educativo utilizado durante as vistorias ambientais, abordando a prevenção da dengue através da eliminação de criadouros do mosquito *Aedes aegypti*.



Fonte: Arquivo pessoal.

O material educativo retratado na Figura 3 é uma cartilha intitulada "Aqui o Mosquito Não Entra", utilizada principalmente durante vistorias ambientais para prevenir a proliferação do mosquito *Aedes aegypti*, transmissor da dengue. A cartilha faz parte de uma campanha de prevenção à dengue e conta com o apoio de várias entidades, incluindo a Prefeitura Municipal, Fecam PR, SES e SESC.

O conteúdo é dividido em seções informativas e ilustrações, orientando sobre medidas práticas para eliminar criadouros do mosquito, como manter caixas d'água tampadas, limpar calhas e evitar acúmulo de água em recipientes. A ilustração mostra uma residência com áreas propensas ao acúmulo de água, acompanhada de explicações sobre o ciclo de vida do mosquito e dicas para eliminar criadouros.

Este material é um recurso importante utilizado por agentes de combate a endemias durante visitas em campo, oferecendo informações claras e acessíveis para a população, ajudando na prevenção da dengue. Além deste material, havia diversos outros materiais educativos disponíveis, abordando temas variados como esporotricose, animais peçonhentos, raiva, guarda responsável e castração.

3.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas durante o período de estágio ocorreram na área de Medicina veterinária do coletivo, no setor de Vigilância Ambiental da Secretaria

Municipal de Saúde de Campo Magro, PR, em parceria com a Universidade Federal do Paraná, no período de entre os dias 29 de julho e 26 de setembro de 2024, com carga horária total cumprida de 296 horas/relógio.

3.2.1 Notificação e investigação de doenças, agravos e eventos de Saúde Pública.

Durante o estágio curricular obrigatório, as atividades incluíram a notificação e investigação de doenças e agravos que constam na Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública. O setor de Vigilância Ambiental era responsável pelo acompanhamento das fichas de investigação/notificação relacionadas a casos de raiva humana, epizootias, acidentes por animais peçonhentos e febre maculosa. Esse processo foi realizado através do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), que exerce um papel central na vigilância epidemiológica. Alimentado por notificações e investigações, o SINAN permite monitorar a incidência de doenças, oferecendo dados essenciais para entender causas e riscos, contribuindo para uma visão abrangente da situação epidemiológica em áreas específicas (Brasil, 2017).

No estágio, as fichas de notificação das Unidades Básicas de Saúde (UBS) eram recebidas em formato impresso. Entre as responsabilidades dos estagiários, incluía-se o acompanhamento telefônico dos pacientes, a verificação da presença de sintomas, o estado de recuperação das lesões, a adesão ao esquema vacinal e o acompanhamento médico. Além disso, coletavam-se informações sobre o animal envolvido, como no caso de mordeduras por suspeita de raiva, para monitoramento contínuo do animal.

Esse acompanhamento durava em média 30 dias, com intervalos de ligações variando conforme o caso. Após essa etapa, os dados eram inseridos no sistema online SINAN Net, finalizando o processo de notificação.

As Fichas Individuais de Investigação (FII) e de Notificação (FIN) eram fundamentais para o processo de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória. Iniciava-se com o preenchimento detalhado dessas fichas nas unidades assistenciais. Em seguida, essas fichas são encaminhadas aos serviços de vigilância epidemiológica das Secretarias Municipais e, semanalmente,

repassadas às Secretarias Estaduais de Saúde (SES), conforme previsto nas portarias GM/MS nº 47 de 2016 e GM/MS nº 1.378 de 2013.

A FII, em particular, permitiria identificar a fonte de infecção e os modos de transmissão, auxiliando na confirmação ou descarte de suspeitas. Para garantir a vigilância ativa e evitar subnotificações, um formulário de notificação negativa era preenchido quando não havia suspeitas de doenças, garantindo que todos os dados fossem devidamente monitorados e reportados.

O SINAN Net foi criado para coletar, transmitir e compartilhar dados entre os três níveis de governo por meio de uma rede informatizada, apoiando as investigações e análise dos dados de vigilância epidemiológica. O uso contínuo e descentralizado desse sistema é fundamental para democratizar o acesso à informação, permitindo que profissionais de saúde planejem a saúde pública, definam prioridades e avaliem o impacto das ações realizadas (Brasil, 2005).

3.2.2 Mutirões de castrações

Durante o estágio curricular obrigatório, houve a oportunidade de acompanhar e participar de diversas atividades, incluindo os mutirões de castrações. Esses mutirões foram realizados por meio de uma parceria entre a prefeitura e uma empresa privada chamada Castra Brasil, com o objetivo de controlar a população de cães e gatos na região. Os mutirões ocorrem periodicamente, com um número pré-determinado de vagas e agendamentos prévios dos tutores dos animais.

Para participar, os tutores precisam se cadastrar no site da prefeitura e ter o Cadastro Único (CADÚnico) atualizado. Após o cadastro, a equipe de vigilância sanitária entrava em contato com os tutores para confirmar a vaga, coletar informações sobre a quantidade de animais a serem castrados, bem como detalhes específicos de cada um, como idade, sexo e raça.

Os mutirões eram realizados normalmente durante dois dias consecutivos, sextas-feiras e sábados, com aproximadamente 100 castrações por dia. No dia do evento, a equipe de vigilância sanitária era responsável por recepcionar os tutores e seus animais, bem como colher as assinaturas nos termos de responsabilidade. Os tutores traziam os animais em horários pré-agendados, assegurando que os animais estivessem em jejum alimentar de 8 horas e jejum hídrico de 4 horas.

A parte operacional do evento, incluindo anamnese, preparação para a anestesia (MPA), tricotomia, castração e pós-operatório, era de responsabilidade da equipe da Castra Brasil. Depois de realizados os procedimentos cirúrgicos, os animais também eram microchipados. Todas as informações relativas ao tutor e aos animais microchipados eram registradas no sistema da vigilância ambiental, via formulário Google.

O fluxo do mutirão seguia um protocolo rigoroso como podemos ver na figura 4: Após a recepção (4A), onde os tutores assinavam o termo de responsabilidade e retiravam uma senha, os tutores e os animais eram chamados para a anamnese inicial (4B), na qual as condições de saúde dos animais eram avaliadas e registros eram feitos. Posteriormente, os animais aguardavam a aplicação da medicação pré-anestésica (MPA) (4C). Os animais, depois de receberem a MPA, eram encaminhados para a tenda de preparo pré-cirúrgico (4D), onde passavam pelos últimos preparativos antes da cirurgia, como a tricotomia. As cirurgias eram realizadas dentro de um ônibus adaptado (4F), utilizando técnicas minimamente invasivas e conduzindo duas castrações por vez. No pós-cirúrgico (4E), os animais permaneciam no local até acordarem da anestesia, sob supervisão para garantir que não houvesse complicações imediatas após o procedimento. Esta organização permitiu um fluxo eficiente e seguro para todas as etapas do mutirão de castração.

Antes de dar alta aos animais, a empresa fornecia aos tutores recomendações detalhadas sobre os cuidados pós-operatórios e as medicações necessárias. Além disso, era disponibilizado um número de telefone para que os tutores pudessem entrar em contato em caso de qualquer intercorrência nos dias subsequentes à castração.

Figura 4 - Etapas do mutirão de castração realizado pela Prefeitura Municipal de Campo Magro/PR. (A) Recepção; (B) Tenda de anamnese; (C) Área de espera e administração de medicação pré-anestésica (MPA); (D) Tenda de preparo pré-cirúrgico; (E) Pós-cirúrgico; (F) Ônibus adaptado para realização dos procedimentos cirúrgicos.



Fonte: Arquivo pessoal.

3.2.3 Projeto zero fome

O projeto "Zero Fome" foi iniciado em 2020, em resposta às necessidades emergenciais geradas pela pandemia de SARS CoV-2, com o objetivo de apoiar a alimentação de animais de estimação pertencentes a famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Durante sua primeira fase, foi desenvolvido em parceria com o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da Prefeitura de Campo Magro. Nesse estágio inicial, as famílias registradas no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico) foram avaliadas mediante visita técnica conduzida por um assistente social e um residente do Programa de Medicina Veterinária Comunitária (MVC). Este processo de triagem visava identificar e confirmar a vulnerabilidade econômica das famílias. Durante as visitas técnicas, a responsabilidade na guarda dos animais era avaliada, e orientações sobre a promoção da saúde familiar eram fornecidas. Os animais recebiam assistência

médico-veterinária básica. Em novembro de 2021, o projeto foi ampliado e passou a incluir lares transitórios da região metropolitana de Curitiba, em colaboração com pesquisas de pós-graduandos em Saúde Única. Este projeto é financiado pelo Instituto PremieRPet. (Universidade Federal do Paraná, 2024).

No município de Campo Magro/PR, durante o período de estágio, os estagiários puderam acompanhar algumas visitas que eram realizadas principalmente por residentes. Durante essas visitas, a ração era entregue imediatamente às famílias consideradas aptas a integrar o projeto (estavam em situação de vulnerabilidade social, eram registradas no CADÚnico ou recebiam algum auxílio governamental, como o Bolsa Família). Posteriormente, nos meses subsequentes, as famílias eram instruídas a retirar as rações na prefeitura. É importante salientar que a continuidade do fornecimento de ração não estava garantida mensalmente devido à alta demanda e à dependência de doações da empresa patrocinadora. Assim, a assistência prestada funcionava como um auxílio pontual.

Adicionalmente, para continuidade da família no projeto, eram realizadas visitas a cada três meses para monitorar se as mesmas estavam cumprindo as recomendações de bem-estar animal e guarda responsável, isso inclui a castração (fornecida gratuitamente pela prefeitura), a alimentação adequada e a manutenção de um ambiente limpo e apropriado para os animais.

3.2.4 Esporotricose

Durante o estágio curricular obrigatório, foram desempenhadas diversas atividades voltadas à promoção de ações de prevenção, combate e controle de zoonoses. De todas as atividades, destacou-se a atuação no monitoramento, investigação, diagnóstico e fornecimento de medicação para o tratamento da esporotricose, conforme diretrizes estabelecidas na Nota Técnica Conjunta Nº 6/2023 – DAV/CVIA/DVVZI e CEMEPAR (2023).

A esporotricose é uma infecção micótica crônica causada pelo fungo do complexo *Sporothrix spp.* Este fungo é encontrado em matéria vegetal em decomposição, como solo, musgo, madeira, bambus entre outros. A infecção geralmente ocorre por meio de traumas com materiais contaminados. No Brasil, a esporotricose afeta principalmente gatos, que possuem uma alta carga parasitária e

podem transmitir a doença para humanos e outros animais através de mordidas, arranhaduras ou contato com lesões. O agente mais frequentemente documentado neste tipo de transmissão é o *Sporothrix brasiliensis*. Essa micose é prevalente em regiões tropicais e subtropicais, especialmente no Sudeste do Brasil (Marconi et al., 2024). A prefeitura, através da Secretaria Municipal de Saúde, implementou medidas rigorosas para o controle dessa zoonose, incluindo a notificação obrigatória de casos suspeitos e confirmados, a investigação ambiental e o fornecimento de medicação necessária.

As visitas às residências que possuíam animais suspeitos ou diagnosticados com esporotricose constituíram uma parte essencial das atividades. Quando um caso suspeito era identificado, as visitas visavam confirmar o diagnóstico, especialmente em regiões já conhecidas por apresentarem outros casos, chamado de vínculo clínico-epidemiológico. Nesses casos, dado o histórico epidemiológico, a recomendação da SESAU era iniciar o tratamento empírico.

Durante a execução dessas visitas, eram seguidos procedimentos específicos de coleta de material biológico para exames de esporotricose. A citologia era realizada tanto pelo método de *imprint* quanto por coleta de exsudato com *swab* estéril, que era friccionado contra a lesão. As lâminas confeccionadas são condicionadas em portas-lâminas, e uma requisição de exame e preenchida para envio ao Laboratório Central (LACEN) nos casos iniciais na região. Para amostras que visam acompanhamento do caso ou em áreas com casos prévios, o material é enviado ao Laboratório de Microbiologia da UFPR. Em todas essas intervenções, o uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI's), tais como avental descartável de manga longa, luvas descartáveis, máscara facial N95 ou PFF2, e óculos de proteção, era obrigatório para garantir a biossegurança dos envolvidos.

Quando um novo caso era identificado em uma região indene, a recomendação era realizar uma investigação ambiental em um raio de pelo menos 150 metros a partir do local de ocorrência do animal infectado. Se outro animal infectado fosse encontrado dentro deste raio, um novo perímetro de investigação de 150 metros era estabelecido a partir desse novo ponto, permitindo a detecção e controle eficaz de novos casos (NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 6/2023 – DAV/CVIA/DVVZI e CEMEPAR, 2023).

Adicionalmente, todos os casos eram registrados em uma tabela de controle no Excel, permitindo o acompanhamento da evolução dos pacientes e a logística de

entrega da medicação. Cada tutor de animais recebia 30 cápsulas de itraconazol, que eram entregues mensalmente. No momento da entrega, o tutor assinava um termo de responsabilidade e uma ficha de recebimento do medicamento, comprometendo-se a seguir rigorosamente o tratamento do animal e informar sobre quaisquer intercorrências ao médico veterinário responsável.

O protocolo de tratamento estabelecido prescrevia itraconazol em doses ajustadas ao peso do animal: ≥ 3 kg (100 mg/24h), entre 1kg e 3kg (50 mg/24h), e <1 kg (25 mg/kg/24h). Em casos de esporotricose com lesões cutâneas disseminadas, quadros respiratórios ou refratários à monoterapia, também se utilizava iodeto de potássio (2,5 a 5mg/kg/24h) combinado com itraconazol (NOTA TÉCNICA CONJUNTA Nº 6/2023 – DAV/CVIA/DVVZI e CEMEPAR, 2023). No entanto, cabe reforçar que apenas o itraconazol era disponibilizado gratuitamente pelo serviço público; o iodeto de potássio não fazia parte do fornecimento gratuito

Em todas as nossas ações no estágio, foi evidenciada a importância da notificação compulsória à Secretaria Municipal de Saúde dentro de 24 horas, como estabelecido pelo Decreto nº 5.711/2002 e pela Resolução SESA nº 093/2022. Tais medidas são fundamentais para a prevenção e controle da esporotricose, protegendo tanto a saúde animal quanto a saúde pública.

3.2.5 O Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Vigiagua.

Durante o estágio curricular obrigatório, uma das atividades centrais foi a participação no programa Vigiagua, que monitora a qualidade da água para consumo humano. O Vigiagua é essencial para garantir que a água consumida pela população atenda aos padrões de potabilidade definidos pela legislação vigente e envolve ações contínuas desde a captação até o ponto de consumo (Brasil, 2016).

O Vigiagua é um programa de vigilância da qualidade da água estabelecido pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Apresenta duas abordagens: preventiva e investigativa. A abordagem preventiva realiza avaliações sistemáticas de possíveis riscos à saúde, considerando fatores como ocupação da bacia hidrográfica e práticas operacionais. A abordagem investigativa atua em situações emergenciais, colaborando com vigilâncias epidemiológica e sanitária para identificar e mitigar agentes patogênicos ou químicos (Brasil, 2016).

Os pontos de amostragem são definidos para obter informações abrangentes sobre a qualidade da água no município, incluindo locais críticos e vulneráveis como hospitais, escolas e áreas próximas a fontes de poluição. A coleta de amostras e o envio ao laboratório são responsabilidades dos órgãos de Vigilância Ambiental, seguindo rigorosos procedimentos de amostragem, acondicionamento e transporte (Laboratório Central do Estado do Paraná, 2014).

Durante o estágio, a principal atividade relacionada ao Vigiagua foi a coleta de amostras de água a cada 15 dias em pontos estratégicos, frequentemente em escolas. A preparação do material envolvia o uso de frascos fornecidos pelo laboratório: bolsas plásticas de 100 mL com inibidor de cloro para análises microbiológicas (figura 5), e frascos plásticos para análises físico-químicas e organolépticas (figura 6). Também foram necessários equipamentos como caixa isotérmica com gelo reciclável, instrumentos para dosagem de cloro residual livre e pH, caneta esferográfica, papel toalha, álcool 70° ou hipoclorito de sódio 0,01%, gaze e luvas de procedimento.

No processo de coleta de amostras, os seguintes procedimentos foram adotados: Inicialmente, definia-se a quantidade de frascos ou bolsas com base nos parâmetros e amostras a serem analisados. Verificava-se o prazo de validade da esterilização dos frascos e a presença de tiosulfato de sódio nos recipientes para análises microbiológicas de sistemas clorados. Os frascos ou bolsas de amostras eram identificados. Frascos sobressalentes eram previstos para contingências. Checavam-se os equipamentos de medição quanto à calibração e validade dos reagentes, No caso do equipamento da vigilância, que se encontrava inoperante, essa atividade era realizada pelo LACEN.

Durante a coleta, o coletor verificava a existência de uma torneira junto ao cavalete do sistema de abastecimento. A torneira era aberta para escoar a água estagnada por dois a três minutos. Se necessário, a torneira era limpa com hipoclorito de sódio, removendo o excesso com mais três minutos de escoamento. Ajustava-se a torneira para um fluxo médio, calçavam-se luvas e realizava-se a coleta na sequência: análise microbiológica, físico-química e medições de campo (pH, cloro residual), preenchendo os frascos até $\frac{3}{4}$ de sua altura para facilitar a homogeneização.

Ao concluir, preenchia-se a ficha de solicitação de análise com todos os dados pertinentes. As amostras eram acondicionadas em sacos plásticos para

proteção contra o gelo reciclável, organizadas na caixa térmica para evitar tombamentos, que era, então, lacrada e enviada ao laboratório imediatamente.

O monitoramento da qualidade da água é fundamental para detectar desvios nos padrões de potabilidade e implementar ações corretivas imediatas. Ele também auxilia na identificação de anomalias e na associação entre agravos de saúde e vulnerabilidades do sistema de abastecimento (Brasil, 2016). O GAL facilita o registro e o acesso seguro dos resultados das análises, garantindo a rastreabilidade e a confiabilidade dos dados (Brasil, 2016).

Figura 5 - Bolsa plástica de 100 mL com inibidor de cloro para análises microbiológicas



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 6 - Frasco plástico de coleta de água para análises físico-químicas e organolépticas



Fonte: Arquivo Pessoal

3.2.6 Fiscalizações

Durante o estágio curricular obrigatório, foram acompanhadas diversas atividades, incluindo fiscalizações de maus-tratos aos animais. As denúncias eram recebidas via ouvidoria da Secretaria Municipal de Saúde (SESAU) pelo número 0800 643-1504 ou através do e-mail: ouvidoriasaude@campomagro.pr.gov.br, onde o denunciante fornecia informações detalhadas sobre o caso e dados completos sobre o denunciado e o local. Essas denúncias variavam amplamente, desde animais soltos em vias públicas e acúmulo de animais até casos de maus-tratos físicos, como animais feridos ou atropelados, e comércio clandestino. Após o registro, a solicitação era encaminhada ao setor de vigilância ambiental, onde veterinários, residentes e estagiários se organizavam para realizar a fiscalização.

As denúncias eram organizadas em uma planilha de Excel, incluindo dados do denunciante, denunciado, motivo da denúncia, data e resultados das vistorias e revistorias. O agendamento da fiscalização era feito, prioritariamente, dentro de um prazo máximo de 10 dias após o recebimento da denúncia, com urgência para casos graves que implicam risco de morte dos animais. Na vistoria, a equipe precisava da autorização do tutor para entrar na residência, embora em alguns casos fosse possível avaliar a situação do lado de fora. Ao entrar, a equipe analisava as condições de vida dos animais, incluindo higiene, alimentação, cuidados com a

saúde, comportamento e conforto. Os tutores eram entrevistados para uma compreensão completa do contexto, identificando possíveis situações de vulnerabilidade social. Todas as informações eram cuidadosamente anotadas e registradas por fotos e vídeos, que serviam como provas.

Os estagiários tinham um papel ativo na redação dos pareceres, posteriormente revisados pelos veterinários da prefeitura. Também era preenchido o Protocolo de Perícia em Bem-estar Animal (PPBEA) de cada animal (anexos A, B, C e D). Os tutores recebiam um Termo de Orientação (anexo E) com recomendações e um prazo para regularização das irregularidades identificadas, geralmente num prazo máximo de 30 dias. Todos os documentos gerados, incluindo termos de orientação e comunicados de visita, eram anexados à pasta do processo. Nos casos em que o responsável não se encontrava na residência no momento da fiscalização, era deixado um Comunicado de Visita, solicitando que o denunciado entrasse em contato com a vigilância ambiental para discutir a situação.

Nos casos em que fossem constatadas irregularidades, era agendada uma revistoria para verificar se as recomendações foram cumpridas. As etapas da revistoria seguiam os mesmos procedimentos da vistoria inicial, com nova atualização de informações na planilha e preenchimento do Protocolo de Perícia em Bem-estar animal (PPBEA). O caso era encerrado se todas as irregularidades fossem sanadas; caso contrário, era encaminhado para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (SEDUA) para ações mais severas, como aplicação de multas. Contudo, a atuação intersetorial com a SEDUA apresentava significativos desafios. A SEDUA, responsável pela aplicação de multas e sanções, muitas vezes não conseguia atender prontamente às solicitações devido à alta demanda e ao volume de trabalho acumulado em outras áreas. Essa deficiência impactava diretamente a efetividade das ações de fiscalização de maus-tratos, já que a aplicação de sanções cabíveis era dificultada.

Para casos mais graves de maus-tratos, era registrado um boletim de ocorrência e em alguns casos a polícia podia ser acionada para realizar o flagrante. No entanto, essa era uma medida de último recurso, principalmente porque a prefeitura não dispunha de um local adequado para abrigar os animais retirados dos tutores. Além disso, havia também uma problemática recorrente relacionada à falta de retorno das autoridades policiais após o registro dos boletins de ocorrência, o que prejudicava o acompanhamento e a resolução efetiva dos casos reportados.

A comunicação com setores como a assistência social era crucial em situações que envolviam vulnerabilidade social do tutor dos animais, caso a vulnerabilidade fosse identificada, os veterinários repassavam o caso para a assistência social. No entanto, a falta de um fluxo de comunicação organizado e eficaz entre os diferentes setores dificultava uma abordagem multidisciplinar, essencial para tratar adequadamente os casos mais complexos de maus-tratos, principalmente aqueles associados a problemas sociais graves, como dependência química, violência doméstica e vulnerabilidade econômica.

Paralelamente, a vigilância ambiental também acompanhava denúncias ambientais relacionadas ao acúmulo de lixo, descarte incorreto de resíduos e água parada. Nessas situações, os Agentes de Combate a Endemias (ACE) desempenhavam um papel crucial devido à sua experiência em saúde ambiental. Durante as vistorias, realizavam ações educativas, identificavam riscos e emitiam notificações de advertência, especificando as recomendações necessárias para adequação e o prazo para regularização da situação.

A equipe enfrentava desafios devido à alta demanda e tamanho reduzido, o que resultava em atrasos em vistorias e revistorias, comprometendo a efetividade do trabalho. A falta de um Procedimento Operacional Padrão (POP) claro e bem definido era outra dificuldade que estava em processo de ajuste para tornar as vistorias mais eficazes e conscientizar os tutores sobre os cuidados com os animais. Todas as abordagens durante as vistorias eram de caráter orientativo, uma vez que os veterinários não possuem a função de fiscais, e a aplicação de multas está restrita aos fiscais da SEDUA.

A implementação de um sistema mais organizado e a criação de parcerias multidisciplinares são etapas fundamentais para melhorar a efetividade das vistorias e assegurar melhores condições de vida aos animais.

3.3 CASUÍSTICA E DISCUSSÃO

3.3.1 Sistema de Informação de Agravos de Notificação - Sinan

Podemos observar na Tabela 1 que durante o período de julho a setembro, foram registrados 45 atendimentos antirrâbicos humanos, dos quais 41 (91%) estavam relacionados a mordeduras de cães e 4 (9%) a mordeduras de gatos. Esse

dado reforça a importância dos cães como a principal espécie envolvida em agressões a humanos.

Tabela 1 - Distribuição Mensal de Atendimentos Antirrábicos Humanos por Espécie do Animal Agressor (Julho a Setembro).

Espécie do animal agressor	Julho	Agosto	Setembro	Total
Canina	18	15	8	41(91%)
Felina	1	3	-	4(9%)
Total	19(42%)	18(40%)	8(18%)	45(100%)

Fonte: Autor (2024).

A distribuição dos atendimentos antirrábicos humanos ao longo dos meses apresentou-se da seguinte maneira: em julho, houve 19 notificações, representando 42% do total de notificações no período. Destes, 18 foram devidos a mordeduras de cães, enquanto 1 caso foi causado por uma mordedura de gato. Em agosto, foram notificados 18 casos, representando 40% do total, sendo 15 casos resultantes de mordeduras de cães e 3 casos por mordeduras de gatos. Em setembro, o número de notificações caiu para 8, correspondente a 18% do total, todos eles devido a mordeduras de cães, sem registros de mordeduras de gatos no mês.

Esses dados refletem a predominância de cães nos atendimentos antirrábicos, um achado consistente com a literatura. No Brasil, estudos como o de Benavides et al. (2020) indicam que entre 2008 e 2016, 82,3% dos pacientes atendidos por mordeduras estavam relacionados a cães, enquanto apenas 12,5% eram relacionados a gatos. Este relatório apresenta uma proporção ainda maior de atendimentos por mordeduras de cães (86,7%), o que enfatiza a necessidade de políticas de controle, vacinação e educação voltadas principalmente para essa espécie.

O acompanhamento dos casos foi realizado exclusivamente por telefone, onde a equipe de vigilância fez uma série de perguntas relacionadas aos animais envolvidos. Essas questões incluíam se o animal poderia ser observado pelo tutor ou por outra pessoa, qual era o estado geral de saúde do animal e se apresentavam sinais sugestivos de raiva. Caso algum sinal fosse identificado, a vigilância iniciava ações conforme o Manual de Vigilância, Prevenção e Controle de Zoonoses, do Ministério da Saúde.

De acordo com o protocolo, cães e gatos suspeitos de raiva devem ser mantidos sob observação por dez dias, em local isolado, com fornecimento de água

e alimento (BRASIL, 2016). em Campo Magro, nos casos em que o animal agressor pertencia ao próprio tutor ou havia um responsável conhecido, cabia a este realizar a observação do animal. Por outro lado, quando se tratava de animais de rua, geralmente não eram localizados novamente pela pessoa afetada, o que dificultava o acesso da vigilância ao animal e comprometia o acompanhamento adequado do caso.

O estudo de Penaforte et al. (2022), realizado nas proximidades de Belo Horizonte, Brasil, destaca que cães vivendo em condições semilivres ou como vadios estão associados à posse irresponsável, contribuindo para a transmissão de doenças e acidentes. Os autores defendem a responsabilização dos tutores e a promoção da posse responsável, especialmente em áreas urbanas, enquanto apontam que regiões menos urbanizadas enfrentam desafios adicionais.

Consideram-se suspeitos os animais que atacaram pessoas (mordidas, lambidas ou arranhões), aqueles que tiveram contato direto com morcegos ou outros animais confirmados com raiva, ou que apresentem mudanças bruscas de comportamento e sinais compatíveis com a doença, como salivação abundante, dificuldade para engolir, alterações nos hábitos alimentares, paralisia das patas traseiras ou manifestações neurológicas. Nos casos confirmados ou suspeitos de contato com cães ou gatos raivosos, os animais devem ser recolhidos e, se necessário, submetidos à eutanásia. (BRASIL, 2016). Durante o período de estágio, não foram registrados casos confirmados de raiva.

Caso o animal venha a óbito durante o período de observação, ou seja submetido à eutanásia, amostras do sistema nervoso central (SNC) devem ser enviadas para análise laboratorial, conforme diretrizes de biossegurança e legislação vigente. Animais com diagnóstico positivo exigem a realização de bloqueio de foco, avaliação de risco e estratégias de controle, como vacinação em massa, campanhas educativas e intensificação do monitoramento laboratorial. Além disso, medidas educativas são cruciais para conscientizar a população sobre os riscos da raiva, a posse responsável e a necessidade de manter os animais sob supervisão domiciliar (BRASIL, 2016). Em Campo Magro, durante as atividades realizadas pela vigilância ambiental nas comunidades, como vistorias, campanhas de castração e vacinação, eram frequentemente distribuídos panfletos informativos abordando temas relevantes relacionados à saúde e ao bem-estar animal.

As mordeduras de gatos, embora menos frequentes, também foram registradas, representando 9% dos casos ao longo do período. Este número é consistente com a literatura, que indica uma menor frequência de mordeduras de gatos em relação aos cães. No entanto, é importante considerar que, apesar do número menor, as mordeduras de gatos apresentam características específicas que podem envolver maior risco de infecção, devido à microbiota bucal felina, que inclui bactérias como *Pasteurella multocida*. Estudos anteriores indicam que, embora as mordeduras de gatos representem uma porcentagem menor dos casos, houve um aumento de 56% nas incidências entre 2008 e 2016 (BENAVIDES et al., 2020).

As informações obtidas ressaltam a importância da vigilância e da prontidão dos serviços de saúde para atender a diferentes tipos de incidentes envolvendo animais domésticos, destacando a necessidade de ações educativas e preventivas. Considerando que o formulário de atendimento antirrábico humano, conforme relatado por BENAVIDES et al. (2020), inclui 60 campos para coleta de dados, é evidente a necessidade de um processo padronizado para garantir que informações completas e precisas sejam registradas e reportadas ao SINAN, de modo a orientar a implementação de políticas públicas eficazes.

Em relação aos dados sobre acidentes causados por animais peçonhentos registrados entre julho e setembro, foram notificados 5 acidentes durante esse período: 1 em julho, 1 em agosto e 3 em setembro. Os acidentes foram classificados de acordo com o tipo de animal envolvido: foram 1 caso de acidente com aranhas em julho e 2 em setembro, totalizando 3 casos; 1 caso de acidente com serpentes em setembro; e 1 caso de acidente com escorpiões em agosto (Tabela 2). Não foram relatados acidentes relacionados a outros animais peçonhentos, como lagartas, abelhas ou outras categorias não especificadas.

Tabela 2 - Distribuição Mensal de atendimentos Humanos por Acidentes com Animais Peçonhentos (Julho a Setembro).

Espécie	Julho	Agosto	Setembro	Total (%)
Aranhas	1	-	2	3(60%)
Serpentes	-	-	1	1(20%)
Escorpião	-	1	-	1(20%)
Lagarta	-	-	-	-
Abelhas	-	-	-	-
outros	-	-	-	-

total	1(60%)	1(20%)	3(60%)	5(100%)
--------------	---------------	---------------	---------------	----------------

Fonte: Autor (2024).

Conforme a Fundação Oswaldo Cruz (2017), os acidentes com animais peçonhentos representam a principal causa de envenenamento humano no Brasil. Em 2023, o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN) registrou mais de 340 mil acidentes relacionados a esses animais. A maioria dos casos foi causada por picadas de escorpião, com 200.764 registros (aproximadamente 58,9%), seguidas por picadas de aranhas (43.741 registros, cerca de 12,8%) e picadas de serpentes (32.420 registros, aproximadamente 9,5 %) (Ministério da Saúde, 2022). Embora os dados obtidos durante o estágio indiquem uma quantidade menor de casos, eles revelam um padrão semelhante na distribuição das picadas, destacando a prevalência de acidentes envolvendo aranhas e escorpiões

3.3.2 Fiscalizações

A Tabela 3 apresenta a distribuição dos casos reportados por tipo de denúncia, destacando as denúncias de maus-tratos e ambientais. Foram registradas 15 ocorrências de denúncias de maus-tratos, representando 68% do total de denúncias. Em contraste, as denúncias ambientais somaram 7 ocorrências, equivalente a 32% do total. No conjunto, o número total de denúncias reportadas foi de 22 casos. Esses dados indicam uma prevalência maior de denúncias de maus-tratos em comparação às ambientais no período analisado, representando uma distribuição de 68% para maus-tratos e 32% para denúncias ambientais.

Tabela 3 - Distribuição de Casos por Tipo de Denúncia durante o período de estágio no setor de vigilância ambiental da secretaria municipal de Campo Magro, PR.

Tipo de denúncia	Número de casos	Total (%)
Denúncias ambientais	7	7(32%)
Denúncias de maus-tratos	15	15(68%)
Total (%)	22(100%)	22(100%)

Fonte: Autor (2024).

A análise dos dados sobre maus-tratos a animais e crimes ambientais observados durante o estágio é fundamentada na legislação vigente, especialmente

na Lei nº 9.605/1998, que aborda a regulamentação sobre esses crimes. O artigo 32 desta lei estabelece que qualquer ação que gere abuso, dano ou mutilação a animais, sejam eles silvestres, domésticos, domesticados, nativos ou exóticos, constitui crime. Nos casos que envolvem cães e gatos, a pena prevista foi ampliada pela Lei nº 14.064/2020, com reclusão de dois a cinco anos, multa e perda da guarda do animal (BRASIL, 2020). Em âmbito municipal, temos a Lei Municipal nº 1.188, de 19 de maio de 2021, que regulamenta as deliberações para aqueles que praticarem maus-tratos aos animais e dá outras providências (Campo Magro, 2021).

O exercício da prática veterinária no contexto de maus-tratos exige que o profissional mantenha vigilância constante sobre possíveis abusos, conforme prescrito pela Resolução CFMV nº 1.236/2018, que obriga o médico veterinário e o zootecnista a prevenir crueldades e maus-tratos. O artigo 4º da resolução ressalta esse dever, estabelecendo que o papel do veterinário vai além do atendimento clínico, incluindo a identificação e notificação de situações de abuso e negligência (BRASIL, 2018). No contexto do estágio, as denúncias de maus-tratos envolvem principalmente animais soltos em vias públicas, acumulação de animais, restrição de espaço, animais sem acesso a água, comida e abrigo, entre outros. Isso reflete a importância da legislação na proteção e bem-estar animal.

Em relação às denúncias ambientais, os principais problemas relatados foram o descarte inadequado de lixo e resíduos em corpos d'água, o acúmulo de lixo nas propriedades e a presença de água acumulada, configurando infrações aos artigos da Seção III da Lei nº 9.605/ 1998 que aborda crimes de poluição, sendo o artigo 54 especialmente relevante no contexto das denúncias ambientais recebidas. A legislação criminaliza a poluição que resulta em danos à saúde humana, mortalidade de animais ou destruição da flora, com penas mais graves se o crime comprometer o abastecimento de água, a ocupação humana em áreas afetadas ou o uso público de praias. A ocorrência de lançamento inadequado de resíduos sólidos e líquidos, como observado, representa uma violação direta a essa norma, destacando a necessidade de ações de fiscalização e controle para evitar danos graves ao meio ambiente e à saúde pública. Essas observações evidenciam a relevância das regulamentações ambientais e de proteção animal no combate às práticas lesivas ao meio ambiente e aos animais.

3.3.3 Esporotricose

Os dados apurados durante o estágio em Campo Magro, PR, revelam a presença de 13 casos confirmados de esporotricose, sendo 12 em felinos e 1 em um cão, com registros de três óbitos de felinos e dois casos de alta (Tabela 4). Esses casos concentraram-se em uma única comunidade, denominada Nova Esperança (Figura 7), originada em 2020, e que abriga aproximadamente 1.200 famílias. As condições ambientais como a alta umidade, vegetação densa, e a presença de entulhos e lixos próximos às residências possivelmente contribuem para a proliferação de *Sporothrix* spp., uma vez que estas características ambientam e favorecem o habitat fúngico (GREMIÃO et al., 2020).

Tabela 4 - Total de Casos confirmados de Esporotricose por Estado Clínico em Cães e Gatos no Município de Campo Magro.

Estado clínico	Caninos	Felinos	Total
Alta	-	2	2(15%)
Óbitos	-	3	3(23%)
Em Tratamento	1	7	8(62%)
Total	1(7%)	12(93%)	13(100%)

Fonte: Autor (2024).

A esporotricose, especialmente causada pelo *Sporothrix brasiliensis*, é frequentemente associada a áreas com condições socioeconômicas e ambientais precárias. Cogniali et al. (2023), observaram um aumento significativo na incidência de casos de esporotricose na região metropolitana de Curitiba, indicando que, entre 2011 e 2022, a maioria dos casos ocorreu em comunidades com características semelhantes às da Nova Esperança, onde a urbanização e as condições sanitárias deficientes se alinham com os dados da epidemiologia local. Além disso, uma análise da literatura revela que, dos 216 casos de esporotricose registrados no Paraná, a transmissão zoonótica, especialmente através de gatos, é uma preocupação predominante, uma vez que 98% dos casos de infecção humana foram associados ao contato com felinos doentes (Morgado et al., 2022).

O relato dos casos em Nova Esperança também se alinha com o entendimento de que comunidades densamente povoadas e com acesso limitado a serviços de saúde tendem a apresentar surtos de infecções fúngicas, conforme discutido por Gremião et al. (2020). Esses autores enfatizam que a falta de políticas

públicas específicas e a vigilância insuficiente em infecções fúngicas são apontadas para a emergência e a propagação da esporotricose em diversas regiões do Brasil. O cenário observado no Campo Magro, que inclui a concentração de casos em um único local e a vulnerabilidade da população, é emblemático dos desafios enfrentados na implementação de estratégias de controle efetivas.

Portanto, os dados encontrados sugerem que a esporotricose em Nova Esperança pode estar interligada a fatores socioeconômicos, ambientais e uma possível falta de conhecimento sobre a doença na comunidade. A integração de ações de saúde pública e a promoção da educação em saúde mostram fundamentos para o controle dessa doença, que afeta tanto os animais quanto os humanos, corroborando a necessidade de uma abordagem One Health (saúde única) para enfrentar esse problema complexo.

Figura 7 - Características sanitárias, estruturais e ambientais da Comunidade Nova Esperança. (A) Área externa com acúmulo de materiais evidenciando a estrutura simples das moradias; (B) Vias de terra com presença de lama, refletindo dificuldades de acesso e deslocamento em dias de chuva; (C) Área de mata nativa e construções, destacando a proximidade entre o ambiente natural e as moradias.



Fonte: Arquivo Pessoal

4 CENTRO DE MEDICINA VETERINÁRIA DO COLETIVO (CMVC- UFPR)

O Centro de Medicina Veterinária do Coletivo da Universidade Federal do Paraná (CMVC-UFPR) fica localizado no campus Agrário, na Rua dos Funcionários,

1540, bairro Cabral, em Curitiba/PR (Figura 8). Desde sua inauguração em 2022, como o primeiro centro do Brasil especializado em Medicina Veterinária do Coletivo, tem se destacado pelo compromisso com a saúde animal e pela integração das dimensões de saúde ambiental, animal e humana.

O Centro MVC-UFPR é uma referência nacional, operando na intersecção entre saúde coletiva, Medicina de abrigos, Medicina Veterinária legal, Medicina Veterinária de desastres, manejo populacional de cães e gatos (MPCG) e Medicina Veterinária indigenista. Suas atividades abrangem o atendimento à comunidade e o fortalecimento de ensino, pesquisa e extensão, proporcionando aos estudantes de medicina veterinária uma experiência prática essencial para a formação profissional.

Sob a coordenação de renomados professores, o Centro possui dois núcleos de destaque: o Núcleo de Uma Só Saúde, coordenado pela professora Rita Garcia, e o Núcleo de Doenças Infecciosas com foco em Esporotricose, sob a liderança da professora Cybelle Souza. A equipe multidisciplinar inclui cinco residentes em Medicina Veterinária do Coletivo, 12 bolsistas de extensão, seis doutorandos, três mestrandos, três alunos de iniciação científica, além de voluntários e assistentes sociais, evidenciando o caráter colaborativo e interdisciplinar do Centro.

Entre os principais projetos desenvolvidos estão o Atendimento Social, que apoia cães e gatos de tutores em situação de vulnerabilidade, o Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE), o Projeto Medicina de Abrigos em parceria com o Instituto PremieRpet®, e iniciativas como a Farmácia Solidária e o Zero Fome, que fornecem recursos essenciais para a saúde e a alimentação de animais de famílias carentes.

A formação prática oferecida pelo Centro é integral para estudantes e residentes, que participam de projetos de grande impacto, como o Lar Temporário, Adote um Adulto e Missão Rio Grande do Sul. Essas atividades envolvem resgates, cuidados e incentivo à adoção de animais. A atuação em contextos de vulnerabilidade social, como resgates em desastres naturais e programas de castração solidária, reforça a importância da abordagem compassiva e multidisciplinar da Medicina Veterinária do Coletivo.

O Centro não apenas prepara profissionais tecnicamente capacitados, mas também cidadãos conscientes das complexas relações entre humanos, animais e o ambiente, contribuindo para uma sociedade mais ética e empática. Com estratégias integradas de Saúde Única, o CMVC-UFPR promove a convergência entre saúde

pública, ambiental e animal, potencializando impactos positivos e beneficiando a sociedade como um todo.

Figura 8 - Fachada do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC-UFPR), local onde foi realizado o estágio curricular obrigatório entre o período de 2 de setembro e 27 de setembro de 2024.



Fonte: Arquivo pessoal

4.1 FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

O CMVC-UFPR, onde foi realizada a segunda parte do estágio curricular obrigatório, opera de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 14h às 17h. As atividades desenvolvidas no local são organizadas de acordo com os dias da semana, com atendimento especializado para casos de esporotricose as segundas e terças-feiras, castrações pediátricas em parceria com a Rede de Proteção Animal de Curitiba/PR nas quartas-feiras, e atendimentos de caráter social as quintas e sextas-feiras. Durante o estágio, a discente esteve presente às terças e sextas-feiras, acompanhando os atendimentos especializados e os atendimentos sociais.

Ao chegarem no CMVC-UFPR, os tutores e seus animais são recebidos pela recepcionista, na área de recepção (Figura 9), onde é realizado o cadastro no sistema online Vetbase®. Esse sistema organiza e armazena os dados dos tutores e animais, abrangendo informações fornecidas sobre consultas, exames complementares, cirurgias e outros procedimentos, além de manter a agenda mensal de atendimentos.

Figura 9 - Recepção do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC-UFPR)



Fonte: Arquivo pessoal.

Após o registro na recepção, os tutores eram direcionados, conforme a necessidade do caso, para um dos três consultórios do CMVC-UFPR (Figura 10). Um desses consultórios é dedicado exclusivamente ao atendimento de esporotricose denominado de Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE) apresentando uma área maior em comparação aos demais e equipado com todos os instrumentos necessários (como estetoscópio, termômetro e glicosímetro), os quais são reservados unicamente para esse tipo de atendimento. O ambiente é rigorosamente higienizado após cada consulta com hipoclorito de sódio, minimizando o risco de contaminação cruzada.

Nos outros dois consultórios, que possuem dimensões menores, são realizados atendimentos gerais. Todos os consultórios contam com uma mesa para exame físico, uma mesa com computador para registro das informações e uma pia para higienização das mãos. Apenas o consultório de atendimento à esporotricose dispõe de uma balança, que, embora seja prioritariamente utilizada para pacientes com esporotricose, também atende casos de outras enfermidades. Para assegurar a biossegurança, a balança é desinfetada após cada uso. Além disso, esse consultório específico contém um frigobar para armazenamento de vacinas polivalentes e anti rábicas, destinadas a cães e gatos. Essas vacinas, no entanto, nem sempre estão disponíveis, pois sua oferta depende de doações.

Figura 10 – Consultórios do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC-UFPR). (A) Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE); (B) consultório de atendimento gerais 1; (C) consultório de atendimentos gerais 2.



Fonte: Arquivo pessoal.

O CMVC-UFPR conta com um setor de internamento diurno (Figura 11), que funciona exclusivamente durante o dia, uma vez que não há profissionais disponíveis para o período noturno, o que impossibilita a permanência de animais internados à noite. O internamento dispõe de 12 baias pequenas e quatro baias grandes, todas em alumínio, para acomodar os animais de acordo com o porte e as necessidades de cada caso.

O espaço de internamento inclui uma mesa para realização de exames físicos e um armário de ferro, onde são armazenados itens de rotina, como esparadrapos, cateteres, agulhas, seringas e termômetros. No entanto, devido à limitação de espaço, outros materiais essenciais, como cobertores, estetoscópios, caixas de luvas e colchões térmicos, ficam distribuídos sobre as superfícies disponíveis.. Esse espaço é utilizado majoritariamente para a recuperação pós-cirúrgica de animais submetidos à castração.

Figura 11 – Setor de internamento do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC-UFPR).



Fonte: Arquivo pessoal

O CMVC-UFPR conta com uma estrutura cirúrgica composta por três áreas principais: o centro cirúrgico, destinado a procedimentos de baixa e média complexidade; uma sala de paramentação e uma sala de pré-operatório.

A sala de preparação pré-cirúrgica (figura 12) é o local onde os animais são tricotomizados e têm o acesso venoso estabelecido. Além das atividades pré-operatórias, essa sala também é utilizada para atendimentos integrativos, como acupuntura e moxabustão, práticas complementares que visam melhorar o bem-estar e a recuperação dos pacientes.

A sala de paramentação, por sua vez, é destinada à preparação da equipe cirúrgica, onde ocorre a colocação de vestimentas estéreis, como aventais, luvas e máscaras, fundamentais para a manutenção da assepsia no centro cirúrgico.

O centro cirúrgico conta com duas mesas para cirurgias, permitindo a realização simultânea de dois procedimentos. As cirurgias mais comumente realizadas incluem as ovariosalpingohisterectomias, orquiectomias e ressecções tumorais. Devido ao cronograma de atividades, esses procedimentos ocorrem em dias específicos, diferentes dos dias de presença da estagiária, impossibilitando seu acompanhamento direto dessas atividades.

Figura 12 – Sala de pré-operatório do Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC-UFPR).



Fonte: Arquivo pessoal

4.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

As atividades desenvolvidas durante o período de estágio ocorreram na área de Medicina veterinária do coletivo, no CMVC-UFPR, de 3 a 27 de outubro de 2024, com carga horária total cumprida de 64 horas/relógio.

4.2.1 Atendimento Social

Durante o estágio no CMVC-UFPR, a acadêmica participou de atividades relacionadas ao atendimento veterinário de cães e gatos de tutores em situação de vulnerabilidade social, cujos atendimentos ocorrem predominantemente às quintas e sextas-feiras. Esse serviço é direcionado a famílias cadastradas no CADÚnico e beneficiárias de programas sociais, permitindo que os animais dessas famílias recebam cuidados médicos. Nas sextas-feiras, a acadêmica esteve presente nas consultas, observando o funcionamento das atividades clínicas e os desafios enfrentados pela equipe em um cenário de recursos limitados.

Os atendimentos no CMVC-UFPR são conduzidos, majoritariamente, por médicas veterinárias residentes, com apoio de professoras e, em alguns casos, de um médico veterinário contratado. Embora o atendimento seja planejado para casos

de baixa complexidade e média complexidade, surgem frequentemente situações de maior gravidade, necessitando de atendimento emergencial.

Para os casos cirúrgicos, o CMVC-UFPR possui um centro cirúrgico onde realiza procedimentos de menor complexidade. Entretanto, a falta de recursos dos tutores frequentemente impede a realização de todas as etapas do tratamento conforme o protocolo ideal. O Centro mantém uma parceria com o Hospital Veterinário da UFPR, que possibilita a realização gratuita de exames complementares, como ultrassonografia, radiografia, ecocardiograma, eletrocardiograma, hemograma, bioquímicos, citologia e histopatologia, além de, em alguns casos, cirurgias. Procedimentos de alta complexidade são direcionados ao Hospital Veterinário, onde, embora o atendimento possa ser viabilizado, o custo dos materiais utilizados é geralmente repassado aos tutores. Já as cirurgias de menor complexidade são realizadas no próprio CMVC-UFPR, ampliando o acesso aos cuidados cirúrgicos para famílias em situação de vulnerabilidade. Contudo, essas intervenções e exames complementares possuem uma cota semanal, limitada pela disponibilidade de recursos e de mão de obra.

Outro diferencial do Centro era a aplicação gratuita de práticas de Medicina Veterinária Integrativa, realizadas pelas professoras, com o objetivo de proporcionar uma abordagem terapêutica mais abrangente e maximizar o bem-estar animal.

Além do atendimento clínico, o CMVC-UFPR mantém a Farmácia Solidária, uma iniciativa fundamental para o fornecimento de medicamentos a tutores financeiramente vulneráveis. Esse estoque, alimentado por doações, possibilita que os animais recebam o tratamento necessário, respeitando a disponibilidade dos insumos armazenados. O projeto também promove o armazenamento e descarte correto de medicamentos veterinários, incentivando a sustentabilidade na prática clínica.

A atuação do CMVC-UFPR transcende o atendimento médico veterinário ao incluir um olhar atento às condições sociais dos tutores, oferecendo orientações sobre os direitos das famílias, auxiliando no cadastramento no CADÚnico e realizando encaminhamentos para assistência social, além de prestar apoio logístico no transporte dos animais até o campus, quando necessário.

4.2.2 Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE)

O Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose Felina (CATE) foi estabelecido para atender à crescente demanda por assistência veterinária a felinos diagnosticados com esporotricose, embora também receba cães com suspeita da doença. Este serviço é acessível a todos os tutores de animais afetados, independentemente de sua situação socioeconômica, refletindo um compromisso com a saúde pública e o bem-estar animal. As consultas são realizadas após agendamento prévio.

Os atendimentos são realizados pelas residentes em conjunto com a professora Dra. Cybelle de Souza e os estagiários que utilizam Equipamentos de Proteção Individual (EPIs), incluindo jalecos de mangas longas, luvas de procedimento, calçados fechados, óculos de proteção e máscaras cirúrgicas. Durante a primeira consulta, é feita a coleta de material, através do método de *imprint* e coleta de exsudato com *swab* estéril, que era friccionado contra a lesão. A amostra era analisada imediatamente pela professora Cybelle no laboratório de microbiologia da faculdade, permitindo a realização da citologia no mesmo dia. Caso o diagnóstico de esporotricose seja confirmado, os residentes prescrevem Itraconazol, um antifúngico fornecido pela prefeitura e que os tutores recebem no momento da consulta, garantindo acesso imediato ao tratamento.

O protocolo de tratamento no CATE segue diretrizes semelhantes às obrigações em Campo Magro, com as medicações essenciais fornecidas pela prefeitura. Os tutores recebem um total de 30 cápsulas de Itraconazol para o tratamento da esporotricose. Contudo, os custos das terapias complementares, frequentemente recomendadas pelos veterinários, como a aplicação de anfotericina B intralesional e iodeto de potássio, ficam a cargo dos tutores.

Além da esporotricose, muitos dos felinos atendidos apresentam infecções secundárias associadas à doença. Nesses casos, um antibiograma é realizado para determinar a sensibilidade do agente infeccioso e orientar a terapia antimicrobiana mais apropriada. O CATE se compromete a acompanhar o progresso clínico dos felinos durante o tratamento, com consultas de retorno agendadas para monitorar a resposta terapêutica.

4.2.3 Outros projetos

O CMVC conta com diversos outros projetos de relevância, incluindo o Projeto Medicina de Abrigos em parceria com o Instituto Premierpet®, Zero Fome, Lar Temporário, Adote um Adulto e Missão Rio Grande do Sul. O programa Zero Fome funciona de maneira semelhante ao modelo implantado no Campo Magro. Entretanto, a participação nas visitas realizadas em Curitiba não foi possível, assim como nas visitas realizadas em Campo Magro. Devido ao tempo limitado de estágio e à incompatibilidade de agendas, também não foi possível acompanhar de perto as atividades dos demais projetos no CMVC.

4.3 CASUÍSTICA E DISCUSSÃO

4.3.1 Esporotricose

A tabela 5 apresenta a distribuição de casos confirmados e suspeitos entre as espécies felina e canina. Observa-se uma predominância dos casos na espécie felina, com 21 casos confirmados, representando 88% dos registros totais, e 3 casos suspeitos, totalizando 24 ocorrências (96%). Em contraste, a espécie canina apresentou apenas um caso confirmado (4%), sem registros de casos suspeitos. No total, foram contabilizados 25 casos, sendo 22 confirmados (88%) e 3 suspeitos (12%). Nos casos suspeitos, realizava-se a cultura fúngica, cujo resultado levava cerca de 2 semanas para ser obtido. O tratamento só era iniciado após a confirmação do diagnóstico, uma vez que as lesões nos animais nem sempre apresentavam características claramente definidas. Esses dados corroboram informações já discutidas anteriormente neste relatório e mencionadas por Morgado (2022), que enfatizam a relevância da transmissão zoonótica envolvendo felinos. Segundo o autor, 98% dos casos de infecção humana foram associados ao contato com gatos doentes, evidenciando a importância dessa espécie como principal fonte de risco zoonótico na população estudada.

Tabela 5 - Distribuição de casos confirmados e suspeitos de esporotricose por espécie animal

Espécie	Casos confirmado	Casos suspeitos	Total
Felina	21	3	24(96%)
Canina	1	-	1(4%)
Total	22(88%)	3(12%)	25(100%)

Fonte: Autor (2024)

Ao comparar os casos de esporotricose acompanhados pela Vigilância Ambiental da Secretaria Municipal de Saúde de Campo Magro e pelo Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC), observa-se uma discrepância significativa. Em Campo Magro, foram registrados 13 casos no total, sendo 12 (93%) em felinos e 1 (7%) em um cão. Destes, 2 felinos receberam alta, 3 evoluíram para óbito e 8 permanecem em tratamento. Em contraste, no CMVC, onde o acompanhamento ocorreu uma vez por semana durante um mês no Centro de Atendimento Especializado em Esporotricose (CATE), foram registrados 25 casos, dos quais 21 (84%) eram casos confirmados em felinos, 1 em cão, e 3 casos suspeitos em felinos, correspondendo a 12% do total.

Alguns fatores podem explicar essa diferença significativa. Primeiro, a população do município de Campo Magro era de 30.160 habitantes em 2022, enquanto Curitiba, onde está localizado o CMVC, tinha uma população de 1.773.733 habitantes no mesmo ano, segundo dados do IBGE. A diferença populacional impacta diretamente o número de casos de esporotricose, pois Curitiba, como uma cidade de maior porte, possui uma densidade populacional elevada e um maior número de animais de estimação, aumentando o potencial de ocorrência e propagação da doença.

Além disso, o CMVC conta com um centro especializado no atendimento a casos de esporotricose, o que favorece uma triagem mais rigorosa e um acompanhamento contínuo dos casos. Em Campo Magro, o atendimento aos animais ocorre em um contexto mais generalista, sem um serviço dedicado exclusivamente à esporotricose, o que pode contribuir para uma subnotificação dos casos.

Esses dados enfatizam a importância de centros especializados, principalmente em grandes centros urbanos, para a detecção precoce e o manejo adequado da esporotricose. A diferença no número de casos reflete, portanto, tanto a capacidade de infraestrutura dos serviços de saúde veterinária quanto as diferenças demográficas entre as duas cidades, sugerindo que cidades menores podem estar subestimando a prevalência da doença por falta de recursos e de atendimento especializado.

4.3.2 Atendimento social

Durante o período de estágio, foram acompanhados um total de oito atendimentos, conforme descrito na tabela 6. Esses atendimentos foram classificados pelo tipo de atendimento, condição clínica e número de atendimentos registrados.

Quanto ao tipo de atendimento, destacou-se o 'Check up', com dois registros, seguido do 'Retorno', que ocorreu duas vezes, ambos relacionados a casos de prolapso retais. As consultas representaram quatro atendimentos, cobrindo uma variedade de condições clínicas: neoplasia mamária, prolapso retais, dermatite alérgica à picada de pulgas (DAPP), e cálculo urinário, cada uma com um atendimento.

Analisando as condições clínicas atendidas, observa-se que o prolapso retal foi a condição mais frequente, totalizando três atendimentos, um inicial e dois retornos. Além disso, houve atendimentos individuais para neoplasia mamária, DAPP, e cálculo urinário. O prolapso retal foi registrado em mais de uma ocasião por se tratar do mesmo paciente, sendo o único caso com acompanhamento integral por parte da estagiária.

Tabela 6 - Total de atendimentos sociais acompanhados no CMVC

Tipo de atendimento	Condição Clínica	Total (%)
Consulta	Neoplasia mamária	1 (12,5)
Consulta	Prolapso retal	1 (12,5)
Consulta	DAPP	1 (12,5)
Consulta	Cálculo Urinário	1 (12,5)
Check-up	-	2 (25)
Retorno	Prolapso retal	2 (25)
		8 (100)

Fonte: Autor (2024)

O prolapso retal, também conhecido como prolapso anal, é uma condição caracterizada pela protrusão ou inversão da mucosa retal através do ânus. Esse quadro pode ser classificado em completo ou incompleto. O prolapso incompleto envolve apenas a mucosa, enquanto o prolapso completo atinge todas as camadas da parede retal. A condição é frequentemente observada em animais jovens devido a endoparasitas ou enterite, enquanto em animais de idade média ou mais avançada, tumores ou hérnias perineais são causas comuns. No entanto, qualquer

condição que provoque tenesmo, como constipação, distocia, urolitíase e doenças prostáticas, pode levar ao prolapso retal (Fossum, 2015).

A fisiopatologia do prolapso retal envolve fraqueza nos tecidos conjuntivos e musculares da região perirretal e perianal, além de contrações peristálticas descoordenadas, inflamação ou edema das mucosas. O tenesmo contínuo agrava a condição, com o aumento da eversão, que pode variar de poucos milímetros a vários centímetros. O tecido evertido torna-se edematoso, dificultando sua retração espontânea. A exposição prolongada do tecido prolapsado pode causar escoriação, sangramento, dessecação e necrose. A gravidade do quadro está diretamente relacionada à duração e à intensidade do esforço evacuatório, com implicações clínicas significativas para o manejo da condição (Fossum, 2015).

O número de atendimentos acompanhados foi reduzido em função da elevada frequência de faltas entre os tutores, algo recorrente devido às condições de vulnerabilidade social em que se encontravam. Essas dificuldades logísticas e econômicas frequentemente impossibilitavam que os tutores levassem seus animais ao CMVC para o atendimento clínico. Como resultado, a casuística observada não representa fielmente o total de casos atendidos, limitando-se àqueles em que foi possível assegurar o comparecimento dos tutores e, assim, garantir o seguimento do atendimento. Além disso, foi possível acompanhar a rotina apenas em dois dias por semana, dos quais apenas um era destinado aos atendimentos sociais. Essa limitação reduziu o número de casos observados e restringiu o contato com uma diversidade maior de diagnósticos, o que impactou a representatividade dos dados coletados na casuística do estágio.

5 REDE DE PROTEÇÃO ANIMAL DE CURITIBA.

A Rede de Proteção Animal de Curitiba, situada na rua R. Luiz Leão, 15 - Centro, Curitiba dentro do Passeio Público (Figuras 13 e 14) foi criada em 2010 e está vinculada à Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMMA). Tem por objetivo promover melhores condições de vida para a fauna urbana, defendendo, protegendo e controlando a população de animais. Com a participação de agentes públicos, iniciativa privada e terceiro setor, o programa busca um equilíbrio ambiental e uma convivência harmoniosa entre humanos e animais.

A rede atua na preservação ambiental, focando na proteção animal e no controle da fauna urbana, prevenindo agravos à saúde pública e reduzindo maus-tratos e abandono. Entre as ações estão a promoção do equilíbrio populacional animal, o desenvolvimento de educação ambiental sobre guarda responsável, a implementação de sistemas de identificação e cadastro, o incentivo à adoção responsável, a fiscalização da legislação sobre posse de animais e a realização de pesquisas sobre controle populacional.

A Rede de Proteção Animal dispunha de uma equipe composta por sete médicos veterinários responsáveis pela execução de ações clínicas, mutirões de castração e projetos voltados para a gestão de cães comunitários e situações de acumulação, além de toda a documentação necessária para a implementação dessas atividades. Médicos veterinários e estagiários participavam de atividades diárias ou projetos de acordo com uma escala previamente estabelecida.

Além disso, a equipe contava com aproximadamente dez fiscais, cuja atuação se restringia à fiscalização de denúncias de maus-tratos. Os fiscais possuíam formação em nível superior em diversas áreas, com a presença de apenas um médico veterinário. A estrutura da rede também incluía residentes em Medicina Veterinária do coletivo, estagiários de pós-graduação, mestrandos, doutorandos, além de estagiários em programas curriculares e extracurriculares.

Figura 13 – Rede de proteção animal Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

Figura 14 – Localização da rede de proteção animal Curitiba -PR.

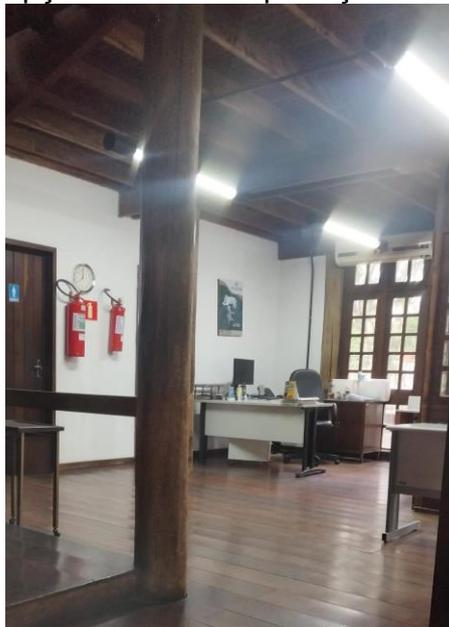


Fonte: Google Earth (2024)

5.1 FUNCIONAMENTO E ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Na Rede de Proteção o horário de funcionamento era de segunda a sexta-feira, das 08h às 12h e das 13:30h às 17h e possui uma infraestrutura organizada em salas específicas para atender às demandas da instituição. A recepção (Figura 15) é destinada ao atendimento ao público, onde ocorrem as primeiras interações e a organização das atividades relacionadas aos serviços oferecidos.

Figura 15 – Recepção da rede de proteção animal Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

A sala de fiscalização (Figura 16) acomoda os fiscais e é equipada com mesas, cadeiras e computadores para o monitoramento e resposta às denúncias.

Figura 16 – Sala de fiscalização rede de proteção animal Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

A sala dos estagiários e residentes (Figura 17) conta com acesso a computadores, onde é realizado o preenchimento de informações dos projetos da rede. O local também contém materiais didáticos sobre temas como esporotricose, guarda responsável e castração, usados em ações, fiscalizações e atividades educativas com o público. Também serve como área de descanso e armazenamento dos pertences dos mesmos.

Figura 17 – Sala dos estagiários e residentes da rede de proteção animal Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

A sala dos veterinários (Figura 18) possui quatro estações individuais com computadores, utilizadas para atividades administrativas dos projetos, como o agendamento de castrações e ações clínicas. Na parte posterior da sala, encontram-se geladeiras para armazenamento de vacinas e medicamentos, além de um banco de ração, onde os sacos de ração ficam distribuídos pela sala devido à ausência de um local específico para seu armazenamento.

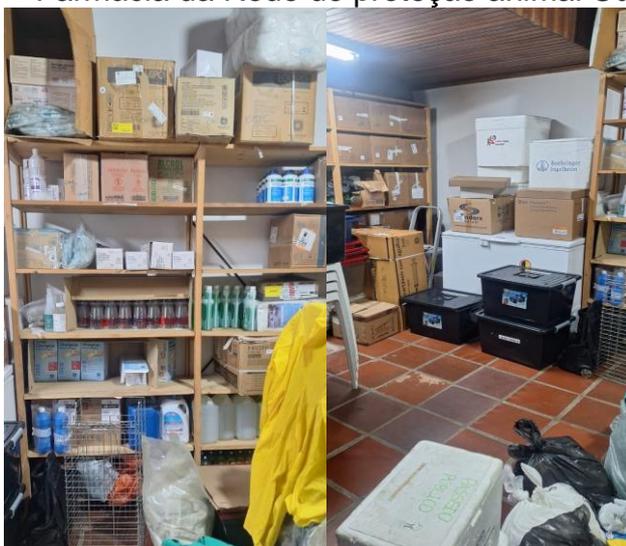
Figura 18 – Sala dos Veterinários e banco de ração da rede de Proteção Animal, Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

A farmácia armazena todos os medicamentos que dispensam refrigeração, além de materiais necessários para ações clínicas, fiscalizações e mutirões de castração, incluindo seringas, agulhas, esparadrapos, microchips, focinheiras, caixas de transporte, álcool, ataduras, entre outros itens essenciais.

Figura 18 – Farmácia da Rede de proteção animal Curitiba -PR.



Fonte: Arquivo pessoal

As demais instalações da Rede Proteção animal não foram descritas neste relatório, por não fazerem parte da rotina vivenciada pela estagiária.

5.1.1 Petmóvel

As ações clínicas são realizadas no Petmóvel (Figura 19), posicionado em locais estratégicos do bairro, como em igrejas e Unidades Básicas de Saúde (UBS),

para facilitar o acesso à comunidade. O Petmóvel é equipado com dois consultórios, onde são realizados os procedimentos de imunização e microchipagem dos animais (Figura 20). Essas atividades são realizadas por pelo menos um médico veterinário da rede ou residente, com o apoio de um estagiário.

Figura 19 – Petmóvel da rede de proteção animal Curitiba -PR



Fonte: Arquivo pessoal

O primeiro consultório conta com uma mesa de alumínio para realização de exame físico, pia para lavagem das mãos, frigobar para armazenamento de vacinas e medicamentos, e uma autoclave para esterilização de materiais. O segundo consultório, um pouco menor, possui uma mesa de alumínio para exame físico e um balcão com pia para lavagem das mãos e armazenamento de materiais.

Figura 20 – Consultórios do Petmóvel da Rede de Proteção Animal Curitiba/PR. (A) Consultório 1; (B) consultório 2.



Fonte: Arquivo pessoal

A área central do Petmóvel, planejada para a realização de castrações, é utilizada durante as ações como sala de preparação de vacinas (Figura 21). Dois estagiários são responsáveis por preparar as vacinas, conferir o número dos microchips e preencher as carteirinhas de vacinação. Para agilizar o processo, os materiais necessários, como agulhas, seringas e luvas ficam, dispostos sobre duas mesas de alumínio. As vacinas são mantidas em caixas térmicas com gelo reciclável e termômetro, garantindo a conservação adequada.

Figura 21 – Sala de preparação de vacinas Pet móvel da Rede de Proteção Animal, Curitiba/PR.



Fonte: Arquivo pessoal

A recepção dos tutores e dos animais ocorre na área externa, onde veterinários e residentes realizam a anamnese, coletam as assinaturas dos termos de responsabilidade e organizam o fluxo dos atendimentos.

5.1.2 Centro de Referência de Animais em Risco (CRAR)

O Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR) é o abrigo da Rede de Proteção Animal (figura 22), localizado na Rua Lodovico Kaminski, n.º 1381, Cidade Industrial de Curitiba, com horário de funcionamento das 9h às 11h30 e das 13h30 às 15h30. Atualmente, abrigam em média 47 cães, 7 gatos e 2 cavalos, todos castrados, vacinados e identificados por microchip. Os animais coletados são aqueles resgatados de situações de risco, incluindo casos de maus-tratos, abandono e acidentes, e que não possuem tutores. O resgate é realizado por uma ambulância, que os encaminha inicialmente para uma clínica veterinária parceira, onde recebe atendimento emergencial. Após estabilizados, os animais são transferidos para o CRAR para continuidade dos cuidados.

Figura 22 – Entrada do Centro de Referência de Animais em Risco (CRAR).

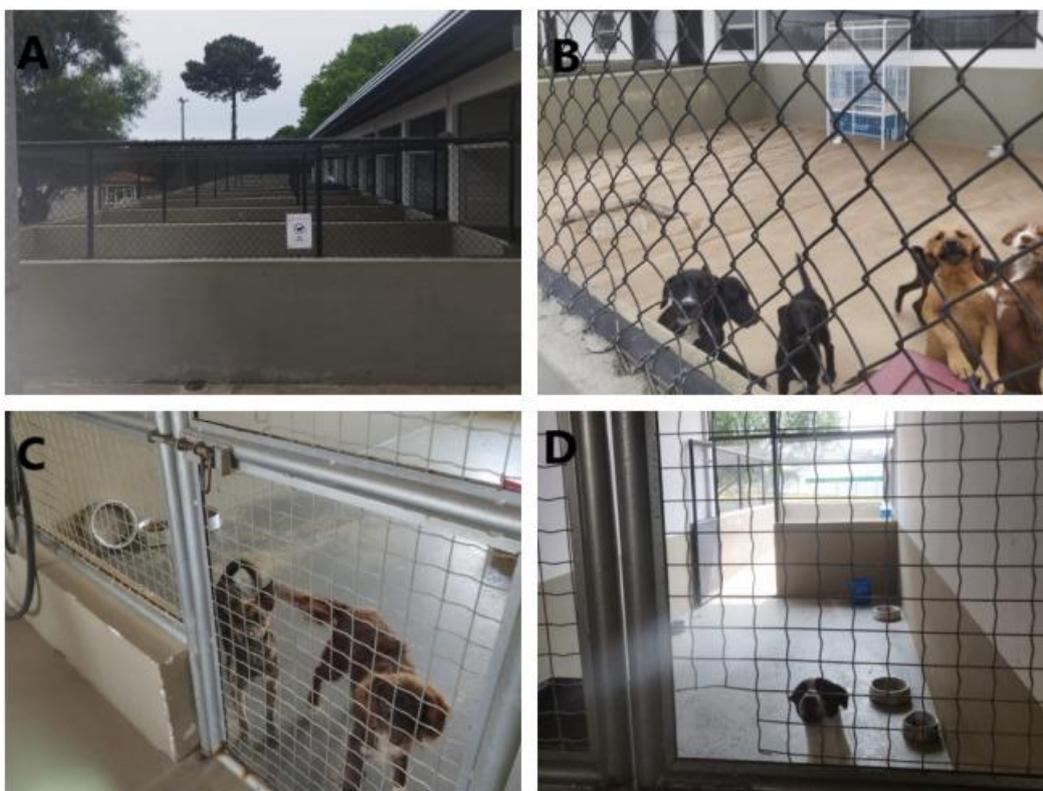


Fonte: Arquivo pessoal

Os cães são acomodados em canis, totalizando dez unidades (figura 23). Alguns canis comportam mais de um animal, chegando a abrigar até quatro cães, especialmente aqueles que possuem área externa, proporcionando espaço adicional para correr, brincar e se expor ao sol. Cães com comportamentos reativos são mantidos individualmente em canis separados. Na área interna e externa de cada

canil, há recipientes para água e alimento, além de camas disponíveis para os animais.

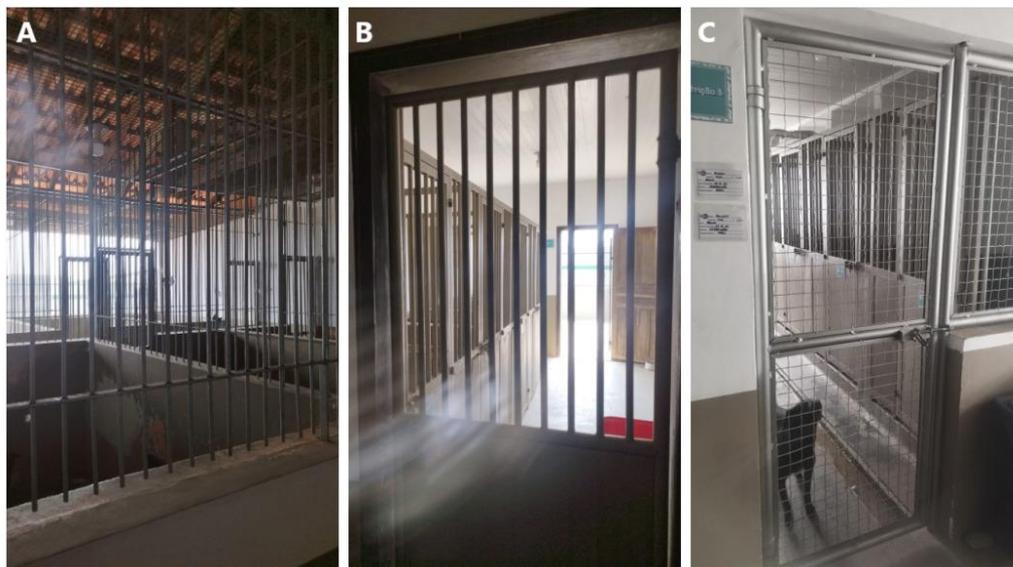
Figura 23 - Áreas internas e externas dos canis do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR). (A) e (B) Área externa dos canis; (C).Canil compartilhado; (D) área interna do canil, com visualização dos recipientes de água e comida e saída para área externa.



Fonte: Arquivo pessoal

Além disso, há três canis de restrição, com metragem reduzida, destinados a animais em recuperação, que necessitam de limitação de movimento (figura 24).

Figura 24 - Canis de Restrição Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR): (A) Canil de restrição 1; (B) Canil de restrição 2; (C) Canil de restrição.



Fonte: Arquivo pessoal

Os gatos são alojados em gatis distribuídos em duas salas interligadas (figura 25), equipadas com brinquedos, camas e enriquecimento ambiental vertical, incluindo prateleiras e nichos para estimular o comportamento natural. Possuem acesso a potes de água, comida e caixas de areia distribuídas por toda a área, proporcionando conforto e um fácil acesso às necessidades básicas. Além disso, eles têm acesso a uma área externa por meio de uma extensão segura, construída com grades e alumínio, que permite que se refresquem e aproveitem a luz solar em segurança.

Figura 25 - Áreas externas e internas dos gatis do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR): (A) extensão externa da área do gatil; (B), (C) e (D) Área interna dos gatis, evidenciando o enriquecimento vertical, os potes de água, comida e caixas de areia localizados em diversos pontos dos gatis.



Fonte: Arquivo pessoal

Durante o dia, os equinos permaneceram em piquetes, distribuídos em quatro áreas distintas (Figura 26). No período noturno, são acomodados em baias individuais.

Figura 26 – Piquetes dos equinos do Centro de Referência para Animais em Risco (CRAR). Piquetes destinados à acomodação de grandes animais; (B) Cavalos resgatados alimentando-se em um dos piquetes.



Fonte: Arquivo pessoal

5.2 DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES

As atividades desenvolvidas durante o período de estágio ocorreram na Rede de Proteção Animal de Curitiba/PR, em parceria com o Centro de Medicina Veterinária do Coletivo, no período de 30 de setembro a 15 de outubro de 2024, com carga horária total cumprida de 96 horas/relógio.

Entre os projetos acompanhados, destacam-se as ações clínicas. A estagiária pode acompanhar uma dessas ações, realizada no bairro Tatuquara, de 08/10/2024 a 11/10/2024. Nessa iniciativa, junto com veterinários, residentes e outros colegas estagiários, foi realizada a vacinação de cães e gatos com vacinas antirrábica e polivalente. Para minimizar o estresse dos animais, os atendimentos foram organizados em horários específicos: os gatos eram atendidos pela manhã e os cães, à tarde. Foram entregues carteiras de vacinação e, nos casos de animais castrados, também foi aplicado microchip de identificação. Durante a ação, os tutores foram orientados sobre a guarda responsável e sobre o Programa Municipal de Castração Gratuita.

Além disso, o estudante teve a oportunidade de colaborar nas atividades do Centro de Referência de Animais em Risco (CRAR), a rotina envolve a administração de medicamentos e troca de curativos pela manhã, e na parte da tarde, realizam atividades como passeios com os cães e brincadeiras interativas, essenciais para o bem-estar dos animais. Para os cães que são mais reativos com outros animais, há uma área específica, o "espaço interativo", onde podem ser socializados e brincar individualmente. Os gatos, por sua vez, têm um gatil adaptado onde recebem atenção com brinquedos e petiscos.

Durante o estágio, foi possível acompanhar atividades de fiscalização que ocorriam diariamente, realizadas por equipes compostas geralmente por dois fiscais, cada um designado a um bairro da cidade. As denúncias de maus-tratos a animais eram recebidas por meio do sistema 156 da Prefeitura Municipal de Curitiba (disponível em <http://www.central156.org.br/> ou pelo telefone 156). Ao chegar ao local da denúncia, os fiscais dialogavam com o tutor, inspecionavam o animal e verificavam o ambiente onde ele vivia, avaliando as condições de bem-estar.

As informações sobre cada caso, incluindo data, hora, ações realizadas e a resposta ao denunciante, eram registradas em um sistema próprio. Os fiscais utilizavam documentos específicos conforme a necessidade: o documento de

notificação, que era aplicado inicialmente em casos de irregularidades menores, geralmente por desconhecimento do tutor. Se as orientações não fossem seguidas, um segundo documento, o auto de infração, era emitido, com multa variável conforme a gravidade da situação, de acordo com os valores estabelecidos pela Lei Municipal nº 16.038/2022, que vão de R\$ 400,00 a R\$ 200.000,00. Em casos mais graves, era utilizado o documento de apreensão, para a retirada do animal do tutor por maus-tratos severos. Quando o tutor não estava presente no momento da fiscalização, era deixado um comunicado, instruindo-o a contatar a Rede de Proteção Animal em até três dias úteis.

As fiscalizações eram embasadas principalmente em duas leis municipais: a Lei nº 16.038/2022, que estabelece sanções e penalidades administrativas para quem praticar maus-tratos a animais, e a Lei nº 13.914/2011, que regulamenta o comércio de animais de estimação no município de Curitiba e dispõe sobre outras providências.

Além das atividades acompanhadas, a Rede de Proteção Animal de Curitiba promove diversos projetos, dos quais a estagiária não pode participar devido ao período reduzido do estágio e à incompatibilidade de horários com outras obrigações. Entre esses projetos, destacam-se o programa de atendimento a acumuladores, as ações de apoio a animais comunitários e os mutirões de castração.

O projeto com acumuladores realiza visitas periódicas às residências de pessoas com transtorno de acumulação, oferecendo suporte clínico para vacinação e vermifugação de animais, além de conscientizar os tutores sobre castração e guarda responsável. Esse projeto também é distribuído para os tutores, que geralmente enfrentam vulnerabilidades sociais e econômicas importantes.

Outro projeto relevante envolve o cuidado de animais comunitários, especialmente cães que vivem em terminais rodoviários. A equipe da Rede monitora regularmente esses animais e busca encontrar moradores locais que assumam a responsabilidade pelo cuidado diário dos mesmos, formalizando o compromisso por meio de um termo de responsabilidade.

Os mutirões de castração da Rede de Proteção Animal de Curitiba fazem parte do Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos da Prefeitura, que oferece cirurgias gratuitas para animais entre 5 meses e 8 anos. Essas cirurgias são realizadas em unidades móveis e clínicas credenciadas, com vagas limitadas e

preferidas para cidadãos cadastrados no Armazém da Família, protetores independentes e Organizações da Sociedade Civil (OSCs). Após o procedimento, os animais recebem microchip para identificação no Sistema de Identificação Animal (SIA). As inscrições são feitas online, através do portal e-Cidadão. Além dos mutirões, as cirurgias também podem ser realizadas em clínicas fixas contratadas, com agendamentos divulgados com antecedência.

Embora essas atividades não tenham sido vivenciadas pelo estagiária, a compreensão do escopo abrangente dos projetos contribuiu para uma visão mais ampla das iniciativas de proteção animal promovidas pela Rede, demonstrando a importância do trabalho contínuo e coletivo para o bem-estar animal em contextos urbanos.

5.3 CASUÍSTICA E DISCUSSÃO

5.3.1 Fiscalizações

A tabela 7 indica que, durante o período analisado, foram acompanhadas 15 denúncias de maus-tratos a animais. Esse número representa 100% do total de casos acompanhados, evidenciando que todas as fiscalizações realizadas estavam relacionadas exclusivamente a esse tipo de denúncia. As denúncias mais comuns incluíam animais sem acesso a água e comida, com condições de higiene comprometidas, além de cães soltos em vias públicas. Esse dado destaca a relevância das ocorrências de maus-tratos no contexto das atividades de fiscalização e reforça a importância de iniciativas específicas à proteção e ao bem-estar animal na região.

Tabela 7 - Total de Fiscalizações acompanhadas durante o período de estágio na REDE de proteção animal de Curitiba.

Tipo de Denúncia	Quantidade	Total (%)
Maus-tratos a animais	15	15 (100)

Fonte: Autor (2024)

Ao analisar as denúncias de maus-tratos a animais acompanhados pela vigilância ambiental de Campo Magro e pela REDE de Proteção Animal de Curitiba, nota-se uma diferença expressiva na frequência de fiscalizações realizadas.

Tabela 7 - Proporção de Denúncias Acompanhadas em Campo Magro e na REDE de Proteção Animal de Curitiba

Local	Período de acompanhamento	Denúncias Acompanhadas	Proporção por Dia (Média)	Total (%)
Campo Magro	44 dias*	15	0,34*	54,50
Curitiba (REDE)	2 dias	13	6,5	45,50
Total	-	28	-	100

Fonte: Autor (2024)

Em Campo Magro, foram acompanhadas 15 denúncias ao longo de aproximadamente 44 dias úteis, o que equivale a uma média de 0,34 casos por dia útil. Essa média reflete a menor demanda de denúncias registradas, além das limitações relacionadas ao número de equipes e à rotina de trabalho da Secretaria Municipal de Saúde, que variava conforme a demanda e a disponibilidade dos médicos-veterinários.

Já na REDE de Proteção Animal de Curitiba, 13 denúncias foram relatadas em apenas 2 dias, com uma média de 6,5 casos por dia. Esse número expressa a maior quantidade de fiscalizações em um curto intervalo de tempo, destacando a infraestrutura e o volume de denúncias típicas de uma cidade de maior porte como Curitiba. É importante ressaltar que os dados da REDE refletem apenas os envios de uma única equipe, não representando o total de fiscalizações realizadas por outras equipes.

Alguns fatores podem explicar essa diferença significativa, a população do município de Campo Magro era de 30.160 habitantes em 2022, enquanto Curitiba, onde está localizado a REDE, tinha uma população de 1.773.733 habitantes no mesmo ano, segundo dados do IBGE. Assim como nos casos de esporotricose, a diferença populacional impacta diretamente o número de casos de maus-tratos, pois Curitiba, como uma cidade de maior porte, possui uma densidade populacional elevada e um maior número de animais de estimação, aumentando o potencial de ocorrência de maus-tratos. Outro fator importante é que a REDE de Proteção Animal conta com várias equipes dedicadas exclusivamente à fiscalização e ao

acompanhamento de denúncias de maus-tratos a animais, enquanto na vigilância Ambiental de Campo Magro há apenas dois médicos-veterinários responsáveis por atender todas as demandas relacionadas à profissão acumulando múltiplas funções.

Esses dados evidenciam a discrepância na estrutura e na demanda de trabalho entre uma cidade de pequena porte e uma capital estadual, além de reforçar a relevância de equipes capacitadas para atender a diferentes realidades locais.

5.3.2 Mutirão de vacinação

A tabela 8 apresenta o total de animais vacinados durante o mutirão de vacinação realizado no bairro Tatuquara, Curitiba, Paraná. Foram vacinados 118 cães, o que representa uma proporção de 71,51% do total de animais vacinados. Já os 47 gatos abrangem 28,49%. O total geral de animais vacinados foi de 165, sendo esse o somatório de cães e gatos. A distribuição de animais vacinados mostra que a maioria dos atendimentos foi direcionada a cães, com um número consideravelmente menor de gatos vacinados. Isso pode refletir a predominância de cães como animais de estimação. No entanto, a menor taxa de vacinação de felinos foi influenciada pela falta de comparecimento dos tutores de gatos, o que comprometeu a cobertura vacinal dessa espécie na campanha. Essa ausência no evento pode indicar uma necessidade de maior conscientização e engajamento dos tutores nas próximas iniciativas.

Tabela 8 - Total de animais vacinas no mutirão de vacinação, no bairro Tatuquara, Curitiba/PR.

Espécie	Quantidade de animais	Total (%)
Cão	118	118 (71,5)
Gato	47	47 (28,5)
Total (%)		165 (100)

Fonte: Autor (2024)

A imunização ativa, obtida por meio de uma vacinação adequada, é fundamental no controle de doenças infecciosas, tanto para cada animal individualmente, quanto para a população canina e felina como um todo. Além disso, algumas vacinas ajudam a reduzir o risco de transmissão de infecções zoonóticas a seres humanos, como no caso de raiva. Os benefícios da vacinação em massa são

claros, pois a incidência de doenças graves, causadas por patógenos como o vírus da panleucopenia felina (FPV), por exemplo, podem ser significativamente reduzidos quando se adota uma vacinação sistemática (Stone, 2020).

Entretanto, a eficácia da imunidade gerada pelas vacinas depende de diversos fatores, como o ambiente em que o animal vive, as características da vacina, do patógeno e a imunocompetência do paciente. Por isso, não é possível prever com precisão os resultados da vacinação ou a probabilidade de exposição a um determinado patógeno. Diante disso, é essencial que os médicos-veterinários esclareçam aos tutores que a vacinação, embora seja uma ferramenta crucial, não garante proteção absoluta contra todas as doenças (Stone, 2020).

6 CONCLUSÃO

O Estágio Curricular Supervisionado permitiu a vivência de experiências enriquecedoras dentro da Medicina Veterinária do Coletivo (MVC), destacando a relevância desta área na interface entre saúde pública, bem-estar animal e saúde ambiental. A realização de atividades proporcionou um aprendizado prático que reforça a importância do papel do médico veterinário como agente transformador na sociedade. Os objetivos propostos para o estágio foram amplamente aprimorados, com o desenvolvimento de competências técnicas, interpessoais e éticas, bem como a consolidação da compreensão sobre a atuação integrada do MVC. As atividades realizadas evidenciaram a necessidade de ações contínuas e sustentáveis para promover o bem-estar animal, prevenir zoonoses, realizar o manejo ético e sustentável de cães e gatos, especialmente em municípios de pequeno porte, como Campo Magro, onde os recursos são limitados. O estágio, portanto, consolida-se como uma experiência essencial para o amadurecimento profissional e a compreensão da responsabilidade social inerente à Medicina Veterinária.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, F. T. M.; ARAÚJO, C. L.; HENRIQUES PAULO, O. L. O.; ROCHA, J. R.; DIAS, F. G. G.; PEREIRA, L. F.; TORRECILHAS JORGE, A.; HONSHO, C. S. Posse responsável: uma questão multidisciplinar. **Acta Veterinaria Brasilica**, v. 9, n. 1, p. 91-97, 2015. ISSN: 1981-5484. Disponível em: . Acesso em: 27 out. 2024.

BENAVIDES, Julio A., et al. **Using surveillance of animal bite patients to decipher potential risks of rabies exposure from domestic animals and wildlife in Brazil.** *Frontiers in Public Health*, v. 8, p. 318, 2020.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância das Doenças Transmissíveis. **Manual de vigilância, prevenção e controle de zoonoses: normas técnicas e operacionais.** Brasília: Ministério da Saúde, 2016. Disponível em: [chrome -extension ://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfindmkaj /https ://bvsms .saude .gov .br /bvs /publicacoes /manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses .pdf](https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/manual_vigilancia_prevencao_controle_zoonoses.pdf) . Acesso em: 30 nov.. 2024.

BRASIL. Código Penal. **Lei no 14.064, de 29 de setembro de 2020.** Dispõe em aumentar as penas cominadas ao crime de maus-tratos aos animais quando se tratar de cão ou gato. Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF. Set. 2020.

BRASIL. Conselho Federal de Medicina Veterinária. **Resolução nº 1.236, de 26 de outubro de 2018.** Dispõe sobre as condutas de médicos veterinários e zootecnistas no caso de crueldade, abuso e maus-tratos contra animais vertebrados. Disponível em: [https ://www .in .gov .br /web /dou //-/resolucao -n -1.236 -de -26 -de -outubro -de -2018 -1128247](https://www.in.gov.br/web/dou/-/resolucao-n-1.236-de-26-de-outubro-de-2018-1128247) . Acesso em: 30 out. 2024.

BRASIL. **Instrução Normativa nº 2, de 22 de novembro de 2005.** Regulamenta as atividades da vigilância epidemiológica com relação à coleta, fluxo e a periodicidade de envio de dados da notificação compulsória de doenças por meio do Sistema de Informação de Agravos de Notificação – Sinan. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 34, 25 nov. 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. Gabinete do Ministro. **Portaria GM/MS nº 5.201, de 15 de agosto de 2024**. Altera o Anexo I do Anexo V à Portaria de Consolidação MS nº 4, de 28 de setembro de 2017, para incluir novas doenças na Lista Nacional de Notificação Obrigatória de doenças, agravos e eventos em saúde pública, nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional, e modifica o Anexo XLIII à Portaria de Consolidação MS nº 5, de 28 de setembro de 2017, para revogar o item I da Lista Nacional de Doenças e Agravos estão sendo monitorados pela Estratégia de Vigilância Sentinela. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 ago. 2024. Seção 1, p. 127.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Lista Nacional de Notificação Compulsória de Doenças, Agravos e Eventos de Saúde Pública**. Nota publicada em: 23 jun 2022. Última atualização: 19 fev 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/notificacao-compulsoria/lista-nacional-de-notificacao-compulsoria-de-doencas-agravos-e-eventos>. Acesso em: 28 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Manual de normas e rotinas do Sinan**. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portal Sinan**. Brasília: Ministério da Saúde, [2023]. Disponível em: <http://portalsinan.saude.gov.br/o-sinan>. Acesso em: 25 out 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador. **Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano** [recurso eletrônico]. Brasília: Ministério da Saúde, 2016. 51 p. Disponível em: https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretriz_nacional_plano_amostragem_agua.pdf. Acesso em: 29 out. 2024. ISBN 978-85-334-2379-4.

BRASIL. **Portaria de Consolidação nº 4, de 28 de setembro de 2017**. Consolidação das normas sobre as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 36, 3 out. 2017.

BRASIL. **Portaria nº 1.378, de 9 de julho de 2013.** Regulamenta as responsabilidades e define diretrizes para execução e financiamento das ações de Vigilância em Saúde pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, relativos ao Sistema Nacional de Vigilância em Saúde e Sistema Nacional de Vigilância Sanitária. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 37, 12 jul. 2013.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998.** Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras exceções. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9605.htm. Acesso em: 3 nov. 2024.

COGNIALLI, RCR et al. **Incidência crescente de infecções por *Sporothrix brasiliensis*, Curitiba, Brasil, 2011-2022.** Doenças Infecciosas Emergentes, v. 29, n. 7, pág. 1330–1339, 1º de julho de 2023.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA (CFMV). **nº 1275, de 25 de junho Resolução de 2019.** Conceitua e estabelece condições para o funcionamento de Estabelecimentos Médico-Veterinários de atendimento a animais de estimação de pequeno porte e dá outras providências. Disponível em: https://www.crmvrr.org.br/wp-content/uploads/2021/11/reso_cfmv_1275_2019.pdf. Acesso em: 1 nov. 2024.

CRMVSP. **Medicina Veterinária do Coletivo: a prática estendida do conceito de Saúde Única.** 2019. Disponível em: https://www.crmvsp.gov.br/site/noticia_ver.php?id_noticia=7073. Acesso em: 22 out. 2024.

CURITIBA. **Lei nº 13.914, de 23 de dezembro de 2011.** Disciplina o comércio de animais de estimação no Município de Curitiba e dá outras providências. Disponível em: [chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br/images/legislacao/LEI_13914_2011.pdf](https://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://protecaoanimal.curitiba.pr.gov.br/images/legislacao/LEI_13914_2011.pdf). Acesso em: 28 out. 2023.

CURITIBA. **Lei nº 16.038, de 18 de julho de 2022**. Publicada no DOM de 18/07/22. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/c/curitiba/lei-ordinaria/2022/1603/16038/lei-ordinaria-n-16038-2022-revoga-a-lei-n-13908-2011-e-estabelece-no-ambito-do-municipio-de-curitiba-sancoes-e-penalidades-administrativas-para-aqueles-que-praticarem-maus-tratos-aos-animais>. Acesso em: 28 out. 2023.

FARM ANIMAL WELFARE COUNCIL (FAWC). **Second report on priorities for research and development in farm animal welfare**. London: Ministry of Agriculture, Fisheries and Food, 1993.

FOSSUM, Theresa Welch. **Cirurgia de Pequenos Animais**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015..

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ. **Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox)** [Internet]. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, 2009 [citado em 2024 out. 25]. Disponível em: https://sinitox.iciict.fiocruz.br/sites/sinitox.iciict.fiocruz.br/files//Brasil3_1.pdf.

GALDIOLI, L. et al. Medicina de abrigos – desafios e avanços no Brasil. **Revista Clínica Veterinária**, [s. l.], ed. 144, 2020.

GARCIA, R. C. M.; CALDERÓN, N. & BRANDESPIM, D. F. **Medicina veterinária do coletivo: fundamentos e práticas**. Introdução à medicina veterinária do coletivo. ed. 1ª Editora Integrativa Vet. São Paulo. 1ª ed. p. 20-33. 2019.

GREMIÃO, IDF et al. Expansão Geográfica da Esporotricose, Brasil. *Emerging Infectious Diseases*, v. 26, n. 3, p. 621-624, 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Cidades e Estados: Campo Magro (PR)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/campo-magro.html>. Acesso em: 11 nov. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades e Estados: Curitiba (PR)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/curitiba.html>. Acesso em: 11 nov. 2024

MARCONI, R. F.; FARIAS, F. S. M.; CHI, K. D.; BALLARDIN, L. B.; VICENTE, V. A.; VIEIRA, A. P.; OLBERZ, L.; STEDILE, R. "**Esporotricose Felina: Guia para a Rotina Clínica do Serviço Privado de Atendimento à Saúde Animal**". Conselho Regional de Medicina Veterinária do Paraná - CRMV-PR, 2024.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). DATASUS - **Acidentes por animais peçonhentos: notificações registradas no sistema de informação de agravos de notificação - Brasil** [Internet]. Brasília: Ministério da Saúde, 2022 [citado em 2024 out. 21]. Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/deftohtm.exe?sinannet/cnv/animaisbr.def>.

MORGADO, DS et al. **Distribuição global de esporotricose animal: uma revisão sistemática de Sporothrix sp. identificadas usando ferramentas moleculares**. Pesquisa Atual em Ciências Microbianas, v. 100140, 2022.

NOTA TÉCNICA CONJUNTA N° 6/2023 – DAV/CVIA/DVVZI e CEMEPAR. Disponível em: <https://www.documentador.pr.gov.br/documentador/pub.do?action=d&uuid=@gtf-escriva-sesa@fc279c5f-a1f3-481d-975e-1994467f0353&emPg=true>. Acesso em: 20 Out. 2024.

PARANÁ. Laboratório Central do Estado do Paraná. **Manual de Coleta e Envio de Amostras de Vigilância Ambiental: Manual 1.40.002 - Revisão 00**. Curitiba: Laboratório Central do Estado do Paraná, 2014. 19 p. Disponível em: https://lacen.saude.pr.gov.br/sites/lacen/arquivos_restritos/files/documento/2020-08/manual_coleta_agua_dvlisa_abr2014.pdf. Acesso em: 21 out. 2024.

SANTOS, Guidyan Anne Silva et al. **Tendências de ocorrências de acidentes por animais peçonhentos no Brasil: análise das notificações de 2007 a 2021**. Revista Ciência Plural, v. 2, 2023, pág. 1-20.

STONE, Amy ES et al. 2020 AAHA/AAFP feline vaccination guidelines. **Journal of Feline Medicine and Surgery**, v. 22, n. 9, p. 813-830, 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Centro de Medicina Veterinária do Coletivo (CMVC)**. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Disponível em: <https://agrarias.ufpr.br/mvc/cmvc/>. Acesso em: 30 out. 2024.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **The control of neglected zoonotic diseases: from advocacy to action**. Geneva: WHO, WSPA, 2015. 44 p. ISBN: 978-9241508568. Disponível em: . Acesso em 14 de julho de 2024.

ANEXO A – Protocolo de investigação em Bem-estar animal (Página 1)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

PROTOCOLO DE INVESTIGAÇÃO EM BEM-ESTAR ANIMAL

() VISTORIA

() REVISTORIA

Data da denúncia: __/__/__	Data da vistoria: __/__/__	Hora da visita:
Nome do denunciado:		
CPF:	Nº da denúncia:	
Endereço da ocorrência:	Nº:	Bairro:
Ponto de referência:		
Responsável pelo preenchimento:		Cargo:

Identificação do Animal:			
Espécie: <input type="checkbox"/> Canina <input type="checkbox"/> Felina	Sexo: <input type="checkbox"/> Macho <input type="checkbox"/> Fêmea	Idades:	
Porte: <input type="checkbox"/> Pequeno (<10Kg) <input type="checkbox"/> Médio (entre 10Kg e 20Kg) <input type="checkbox"/> Grande (>20Kg)			
Raças:		Pelagem:	
Observações nº de animais totais, machos, fêmeas, castrados não castrados:			

Indicadores Nutricionais:			
1. Qual é o escore da condição corporal? (1-5)			
<input type="checkbox"/> Muito magro - 1 <input type="checkbox"/> Magro - 2 <input type="checkbox"/> Ideal - 3 <input type="checkbox"/> Acima do peso - 4 <input type="checkbox"/> Obeso - 5			
2. Há água fresca no local? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não			
3. O que o animal come? <input type="checkbox"/> Ração <input type="checkbox"/> Comida caseira <input type="checkbox"/> Restos de alimentos <input type="checkbox"/> Outros:			
4. Com que frequência o animal come? <input type="checkbox"/> 1x/dia <input type="checkbox"/> 2x/dia <input type="checkbox"/> 3x/dia <input type="checkbox"/> Outros:			
5. Condições do bebedouro:			
<input type="checkbox"/> Limpo (água e recipiente limpos) <input type="checkbox"/> Parcialmente sujo (água limpa e recipiente sujo) <input type="checkbox"/> Sujo (água e recipiente sujos)			
6. Condições do comedouro:			
<input type="checkbox"/> Limpo (alimento e comedouro limpos) <input type="checkbox"/> Parcialmente sujo (alimento limpo e comedouro sujo) <input type="checkbox"/> Sujo (alimento e comedouro sujos)			
Observações:			
Parecer referente à nutrição: <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Adequado			
* Marque "inadequado" quando encontrar qualquer um destes itens: animal muito magro ou magro; ausência de água fresca			
* Marque "regular" na ausência de itens inadequados e quando encontrar: cães e gatos sendo alimentados só com polenta ou com outra alimentação imprópria; alimentação uma vez ao dia; bebedouro ou comedouro sujos; animal obeso			
* Marque "adequado" quando não encontrar itens inadequados ou regulares			

Bibliografia: Hammerschmidt, Janaina - Diagnóstico de maus-tratos contra animais e estudo dos fatores relacionados, Curitiba, 2017

Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.767, Centro/PR, CEP: 83535-000
CNPJ: 01607539.0001/76 Contato: (41) 3677-4092 / 3677-4093

ANEXO B – Protocolo de investigação em Bem-estar animal (Página 2)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

Indicadores de conforto:	
7. O animal tem abrigo fixo? (garagem, casinha...)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
8. O abrigo fornece proteção adequada contra chuva e sol?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
9. O animal tem algum local confortável para descansar?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
10. A forma de contenção do animal permite que ele faça pequenas corridas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
11. Número de animais presentes no ambiente:	
12. Tipo de ambiente e contenção:	
<input type="checkbox"/> Interior da casa <input type="checkbox"/> Solto no quintal <input type="checkbox"/> Corrente <input type="checkbox"/> Preso no Canil	
13. Se preso em corrente, corda e/ou canil, o animal é solto em algum momento do dia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
14. Superfícies de contato com o animal:	<input type="checkbox"/> Terra <input type="checkbox"/> Grama <input type="checkbox"/> Cimento <input type="checkbox"/> Madeira <input type="checkbox"/> Azulejo <input type="checkbox"/> Outro:
15. O animal tem contato com grama ou terra?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
16. As condições de limpeza do ambiente são ruins a ponto de comprometer a saúde de pessoas e de animais?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Observações:	
Parecer referente ao conforto: <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Adequado	
* Marque "inadequado" quando encontrar qualquer um destes itens: ausência de abrigo fixo/ ausência de local confortável para descanso/ impossibilidade de fazer pequenas corridas/ animal preso o tempo todo em canil, corrente ou corda	
* Marque "regular" na ausência de itens inadequados e quando encontrar: abrigo que não fornece proteção adequada/ animal preso durante o dia e solto a noite/ animal que não tem contato com grama ou terra/ condições ruins de limpeza	
* Marque "adequado" quando não encontrar itens inadequados ou regulares	

Indicadores de Saúde:	
17. O animal demonstra dor? (grita, isola-se, não reage, chora ao ser tocado)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
18. Como o animal está caminhando?	<input type="checkbox"/> Normalmente <input type="checkbox"/> Mancando Descrever:
19. O animal apresenta secreções purulentas (olhos, vulva, nariz)	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Local:
20. O animal está com diarreia?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
21. O animal está com vômito?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
22. O animal está com grande infestação de carrapatos ou pulgas?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
23. Condições de pelagem:	<input type="checkbox"/> Brilhante e bem cuidada <input type="checkbox"/> Opaca, suja, embaraçada
<input type="checkbox"/> Áreas sem pelo Descrever:	
24. O animal está com algum ferimento?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
25. O animal tem cicatrizes?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
26. O animal sai para rua sozinha?	<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não Se sim, por que?
Observações:	
Parecer referente à boa saúde: <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Adequado	
* Marque "inadequado" quando encontrar qualquer um destes itens: animal demonstrando dor ou mancando (sem tto veterinário comprovado); animal com secreção purulenta (sem tto veterinário comprovado); animal com vômito ou diarreia (sem tto veterinário comprovado); animal doente (ex: sarna sem tto); animal ferido (sem tto veterinário comprovado); animal que sofreu agressão física intencional (JÁ CARACTERIZA MAUS TRATOS)	

Bibliografia: Hammerschmidt, Janaina - Diagnóstico de maus-tratos contra animais e estudo dos fatores relacionados, Curitiba, 2017

Rodovia Gumercindo Boza, nº 20.767, Centro/PR, CEP: 83535-000
CNPJ: 01607539.0001/76 Contato: (41) 3677-4092 / 3677-4093

ANEXO C – Protocolo de investigação em Bem-estar animal (Página 3)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO/PR
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
VIGILÂNCIA EM SAÚDE AMBIENTAL

* Marque "regular" na ausência de itens inadequados e quando encontrar: infestação de pulgas ou carrapatos; pelagem opaca, suja e embaraçada ou com áreas sem pelo; animal com acesso à rua sozinho
* Marque "adequado" quando não encontrar itens inadequados ou regulares

Indicadores Comportamentais:
27. O cachorro/gato consegue fazer atividades relativas a sua espécie? (roer, cavar, correr, arranhar as unhas, etc) <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
28. O animal fica sozinho o dia todo (sem pessoas e sem animais) e nunca sai de casa? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
29. Existem outros animais na casa além desse animal? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
30. O animal realiza comportamentos estranhos (ex: ingerir fezes, andar em círculos, etc.)? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
31. O animal está em alerta? <input type="checkbox"/> Sim (reagem quando você fala com eles ou quando bate palma) <input type="checkbox"/> Não
32. O animal foge com postura de medo ou evita o cuidador? <input type="checkbox"/> Sim (cauda entre as pernas, orelhas para trás, cabeça baixa) <input type="checkbox"/> Não (abana a cauda, cabeça elevada, interage feliz)
Outro comportamento: <input type="checkbox"/> Animal calmo e indiferente <input type="checkbox"/> Animal late o tempo todo, agitado
Observações:
Parecer referente ao comportamento: <input type="checkbox"/> Inadequado <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Adequado
* Marque "inadequado" quando encontrar qualquer um destes itens: quando os animais não conseguirem fazer coisas próprias do comportamento natural, ou seja, quando você responder "não" na pergunta 27; quando responder "sim" para a pergunta 28.
* Marque "regular" na ausência de itens inadequados e quando encontrar: quando não existirem outros animais na casa; quando o animal realizar comportamentos estranhos; quando o animal não estiver alerta; quando animal foge com medo do cuidador.
* Marque "adequado" quando não encontrar itens inadequados ou regulares

3. Diagnóstico Geral:
3.1. Inadequações de quais conjuntos de indicadores? <input type="checkbox"/> Nutricionais <input type="checkbox"/> De conforto <input type="checkbox"/> De saúde <input type="checkbox"/> Comportamentais
3.2. Grau de bem estar: <input type="checkbox"/> Muito alto <input type="checkbox"/> Alto <input type="checkbox"/> Regular <input type="checkbox"/> Baixo <input type="checkbox"/> Muito baixo
3.3. Ocorrência de maus-tratos: <input type="checkbox"/> Configura maus-tratos (baixo e muito baixo) <input type="checkbox"/> Não configura maus-tratos, mas precisa de recomendações e retorno (regular) <input type="checkbox"/> Não configura maus-tratos e não precisa de retorno (muito alto e alto)
Gerou Boletim de Infração ou de ocorrência? <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Observações:

Bibliografia: Hammerschmidt, Janaina - Diagnóstico de maus-tratos contra animais e estudo dos fatores relacionados, Curitiba, 2017

Rodovia Gumerindo Boza, nº 20.767, Centro/PR, CEP: 83535-000
CNPJ: 01607539.0001/76 Contato: (41) 3677-4092 / 3677-4093

ANEXO E – Termo de orientação



PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO MAGRO
VIGILÂNCIA EM SAÚDE
VIGILÂNCIA AMBIENTAL

TERMO DE ORIENTAÇÃO

Nomes dos Animais:		Espécies:	DATA:
Sexo:		Idades:	
Nome Proprietário:		RG/CPF:	
Endereço:	Bairro:	Campo Magro/PR	
Telefone:	Celular:		

I. ALIMENTAÇÃO:	
A	Alimentar o animal de duas a três vezes ao dia com alimento próprio para a espécie, e em quantidade suficiente.
B	Melhorar a higiene do bebedouro/comedouro.
C	Lavar o bebedouro com uma esponja pelo menos uma vez na semana.
D	Manter bebedouro(s) e comedouro(s) suficiente(s) para o número de animais
E	Manter o bebedouro sempre cheio de água fresca e limpa.
OBSERVAÇÃO:	
II. AMBIENTE:	
A	Providenciar cama ou cobertor limpo em local confortável para descanso do animal.
B	Providenciar casinha ou abrigo para proteção contra sol, chuva e frio.
C	Melhorar a higiene do local onde o animal permanece.
D	Recolher os dejetos do animal frequentemente.
E	Providenciar caixa de areia para o gato
OBSERVAÇÃO:	
III. SANIDADE:	
A	Providenciar vacinação e desverminação do animal periodicamente.
B	Providenciar a aplicação de medicamentos antipulgas e/ou contra carrapatos.
C	Levar o animal ao Médico Veterinário para consulta.
D	Levar o animal ao Médico Veterinário, em caráter de urgência, para tratamento de lesões e/ou doenças.
E	Castrar os animais.
OBSERVAÇÃO:	
IV. SAÚDE PSICOLÓGICA/COMPORTAMENTAL:	
A	Animal que permanece somente no interior da casa/canis – providenciar passeios diários no quintal ou em área externa (sempre com guia).
B	Animais que permanecem em corrente – providenciar um fio de arame (trilho) que permita a movimentação do animal por toda a extensão do terreno.
C	Manter o animal dentro do terreno e solto, sempre que possível.
D	Limitar o acesso do animal a rua (somente com guia).
E	Fazer passeios diários, sempre com guia.
F	Brincar com o animal sempre que possível. Cães e gatos gostam de brincar durante toda a sua vida.
G	Fornecer carinho sempre – cães e gatos são animais sociáveis.
H	Providenciar brinquedos, bolinhas, garrafas e/ou coco verde para os animais brincarem.
I	Nunca agredir um animal.
OBSERVAÇÃO:	
Prazo para realizar as adequações: dias	
Eu me comprometo a realizar continuamente a Guarda Responsável de meu animal, seguindo as orientações recebidas durante a visita. Tenho ciência de que praticar maus tratos aos animais é crime, passível de MULTA.	
Assinatura	
Nome:	
Responsável pela orientação - Nome:	
Função:	
Matricula:	
Campo Magro, _____ de _____ de _____	